

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

3.^a

Aos treze dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Zita Rodrigues França

Costa, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -

----- Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se de seguida à chamada, estando presentes cinquenta elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

----- Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Alfredo Justino Ribeiro, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Mário Humberto Afonso, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Tiago Calejo das Neves Varandas, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Francisco dos Santos Neto, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, José Maria Preto, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Manuel Lourenço Luís – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca – e António Maria Mora – Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Ala. -----

----- A falta do Deputado Municipal Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, foi considerada injustificada. -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa chamou a Deputada Municipal Maria Zita Rodrigues França Costa para ocupar o lugar de Primeira Secretária, em virtude da titular deste cargo se encontrar ausente por motivo de doença. De seguida, considerou que este era um dia que não correspondia à vontade de toda a gente – que era um dia marcado – mas, a necessidade de fazer esta reunião neste dia e nesta data, prendia-se com documentação que a Câmara carecia de ver aprovada por uma questão de a entregar no Porto na próxima segunda-feira, nomeadamente a Carta Educativa e outros documentos. Como são imperativos de interesse para o concelho, e como estavam ali para servir o concelho, foi naquela óptica que se marcou a reunião para aquele dia; doutra forma nunca aconteceria, uma vez que ela estava prevista (esteve sempre prevista, disse) para o dia vinte e um. Disse ainda querer também referir que as gravações da última sessão sofreram uma anomalia, na última parte da sessão – nos *Outros Assuntos* – sendo precisa uma atenção muito mais cuidada da parte do funcionário que tem a seu cargo este trabalho. Não chegou à conclusão se a falha foi de natureza técnica ou humana mas, de qualquer das formas, foi apenas na parte referente a “Outros Assuntos”; também houve que fazer uma alteração a três folhas – que foram colocadas nos lugares de cada um – mercê de pessoas que leram a acta e que viram que havia lá umas pequenas gralhas que foram corrigidas. De qualquer das formas, disse, pedia ao técnico que estivesse atento para ver se corria tudo bem. Após estas explicações, declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- **1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----
----- **1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;*** -----
----- **1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;*** -----
----- **1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;*** -----
----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----
----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----
----- **2. 2 *Análise e deliberação sobre “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2005”;*** -----
----- **2. 3 *Análise e deliberação sobre “CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR DE FINS ESPECÍFICOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ADESÃO”;*** -----
----- **2. 4 *Ratificação da “COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”;*** -----
----- **2. 5 *Análise e deliberação sobre “CARTA EDUCATIVA DO CONSELHO DE MOGADOURO”;*** -----
----- **2.6 *Análise e deliberação sobre “TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO AERONÁUTICO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO;*** -----
----- **2.7 *Apreciação do “INVENTÁRIO MUNICIPAL”;*** -----

----- 2.8 Outros Assuntos. -----

----- 3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- 1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra, chamando a atenção para a página cento e cinco, na parte em que o senhor Presidente está a responder às questões que foram levantadas pelos diversos elementos que anteriormente tinham intervindo; na dita página, acha que, naquela altura, ele estaria a responder a ele mas, daqui a uns dias, qualquer um que vá ler, não sabe a quem está a responder – a resposta que dá o senhor Presidente. Diz ali: “Agora, queria responder às sucintas perguntas do senhor ...” – mas, qual senhor? Portanto, não se sabe, de facto, a quem está a responder. Acrescentou que, quem está a fazer as actas é que deve ter esse cuidado e considera que, além da gravação, também se deve conjugar com os apontamentos que se vão tirando, de forma que se saiba...”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu este Deputado para esclarecer que o que estava escrito na acta era o que constava da gravação e que não estava em causa a concepção da própria Acta: aquilo era uma referência pessoal que ele fazia. -----

► **ANÍBAL MORENO** continuou com a sua intervenção acrescentando que, na parte dos “Outros Assuntos”, que foi onde se verificou a falha na gravação, o que ali estava escrito, na parte da sua intervenção (e pensa que na correcção que agora se mandou ainda não consta isso), onde diz: *Aníbal Moreno expressou o desagrado pela eleição de quatro representantes do mesmo Partido...*” não foi assim que disse; ele deu os parabéns aos eleitos e que tivessem sucesso no desempenho das funções para que foram eleitos e, depois, sim, lamentou que, de facto, não se tivesse aproveitado a oportunidade para integrar também algum elemento da oposição – neste caso, do Partido Socialista – nas diversas eleições que foram feitas. Reforçou que deu os parabéns aos eleitos mas, ao mesmo tempo, lamentou que a maioria não tivesse dialogado com o Partido Socialista para que algum deles tivesse feito parte daqueles eleitos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu a este Deputado que se lembrava perfeitamente, e acrescentou que, de qualquer das formas, o homem estava sempre acima da técnica mas, naquele caso, a técnica esteve por baixo daquilo que se queria; fez-se o registo possível, que possibilitou fazer ainda essas referências; houve aquela falha, e só espera que as coisas

melhorem porque, se se concluir que a falha é da aparelhagem, há que pensar em adquirir uma aparelhagem nova. -----

----- De seguida, pôs a acta à votação, tendo a mesma ficado aprovada por maioria com uma abstenção do Deputado Municipal Manuel Luís Tibério por não ter estado presente na última sessão. -----

----- De seguida, passou-se ao outro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **1.2 Informação da correspondência recebida e expedida:** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** referiu o facto de todos os membros da Assembleia já terem recebido a listagem da correspondência recebida e expedida, acrescentando àquela correspondência um Fax, chegado no dia anterior, às dezassete horas, o qual, dada a gravidade do texto que ele contém e, como se trata de correspondência endereçada ao Presidente da Assembleia, passaria à sua leitura: -----

----- *“Assunto: Justificação de Falta à terceira Reunião Ordinária da Assembleia Municipal.* -----

----- *Solicito a Vossa Excelência a leitura deste ofício, justificação do porque a Junta de Freguesia de Bemposta, presidida pelo senhor Manuel do Nascimento Vaz Folgado, não estar presente na terceira sessão da Assembleia Municipal.* -----

----- *O “Vinte Cinco de Abril” foi há trinta e dois anos. Com ele, criou-se o Estado de Direito, e democrático, e deu-se à população as liberdades, direitos e garantias.* -----

----- *Em nove de Outubro, o povo de Bemposta, em liberdade, exerceu o seu direito de voto, escolheu uma equipa liderada por mim, num exercício de liberdade da população deu-me o direito de a defender e gerir os seus destinos por quatro anos, apenas, e só, a população quer a garantia que os seus direitos vão ser respeitados a partir da presente data, e que os poderes do município, através da Câmara Municipal, vão respeitar os eleitos locais em Bemposta, coisa que não fizeram até à presente data.* -----

----- *Um Presidente deve estar atento a tudo quanto se passa à sua volta não deve pactuar com actos menos dignos, que podem ferir a sensibilidade das populações, das quais, num acto de revolta, podem surgir manifestações de carácter público, podendo pôr em questão a ordem pública.* -----

----- *Até que não estejam criadas as condições mínimas de liberdade, direito e garantia dos direitos dos eleitos locais de Bemposta, esta Junta de Freguesia deixa de se fazer representar na Assembleia Municipal; do facto vai ser dado conhecimento ao senhor Governador Civil de Bragança, ao qual vamos solicitar uma audiência o mais rápido possível, visto já o termos feito duas vezes à Câmara Municipal e nem termos obtido qualquer resposta.* -----

----- *A liberdade é um acto de respeito mútuo. O senhor Presidente da*

Câmara deve-nos respeito e deve-nos ouvir. Deve aceitar os nossos pedidos, reclamações ou sugestões. Não deve, como o tem feito até à presente data, mandá-los para o lixo ou colocá-los no fundo de uma qualquer gaveta até que se percam. -----

----- Pedimos aos líderes das bancadas que exijam respeito à Câmara sobre todo e qualquer assunto que diga respeito a esta freguesia e que não pensem só em Moções contra as decisões do Governo, mas pensem se já não está na hora de apresentar uma Moção de Censura Contra, contra alguém que está na Câmara Municipal, ou a todo o executivo. -----

----- Lamento, senhor Presidente da Assembleia, mas sinto que alguns que trabalham para o desenvolvimento das suas aldeias e do concelho em geral, são mal aceites pelos senhores, que só querem destruir o trabalho que outros fazem com grande esforço. As pessoas devem olhar as suas populações e esquecerem os Partidos pelo qual foram eleitos, pois eleições só daqui a três anos e meio. Há que terem liberdade e tomarem decisões para o bem de todos e não só dos da cor A ou B. -----

----- Nota – Anexamos cópia do Fax enviado à Câmara Municipal dia dez do quatro de dois mil e seis. -----

----- Com os melhores cumprimentos, O Presidente da Junta, Manuel do Nascimento Vaz Folgado”. -----

----- Após a leitura do referido Fax o Presidente da Assembleia disse ter recebido com alguma apreensão aquela comunicação e, consultado o Regimento e a lei que o suporta; a Mesa da Assembleia, face à gravidade da comunicação recebida, verificou não existir qualquer justificação regimental aceitável que possa relevar esta falta que, por conseguinte, será considerada uma falta, porquanto, na alínea c) do artigo trinta e oito da lei número cinco-A de dois mil e dois, diz claramente: “Compete ao presidente da junta de freguesia representar obrigatoriamente a junta no órgão deliberativo da freguesia e integrar, por direito próprio, o órgão deliberativo do município, comparecendo às sessões, salvo caso de justo impedimento, situação em que se faz representar pelo seu substituto legal por ele designado”. Isto é o que diz a lei mas, já agora – disse – e por uma questão de melhor esclarecimento, já em treze do doze de dois mil e cinco, logo no início das nossas funções, e por despacho do senhor Presidente da Junta, que diz assim: -----

----- “DESPACHO número um (foi o primeiro Despacho proferido pela Junta de Freguesia de Bemposta, que foi também devidamente referida na comunicação recebida, diz assim: “Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta. -----

----- No uso das competências que me são conferidas pelo disposto no número dois do artigo trinta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com redacção dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois de onze de Janeiro, designo o secretário

eleito pelo Partido Socialista – Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, a quem, para além de outras funções que lhe irei distribuir, cabe substituir-me nas minhas faltas e impedimentos legais com efeitos a partir desta data” – até aqui, tudo bem, está perfeitamente legal (dizia o Presidente da Mesa). E continuou: “Foi consultada a Associação Nacional de Municípios e, de facto, quando um Presidente de Junta, por manifesta impossibilidade de estar presente à reunião – que tem que justificar a natureza dessa impossibilidade – pode, evidentemente, faltar e fazer-se substituir. Todavia, num contacto que houve com o senhor Belmiro, nos serviços administrativos da Assembleia, ele manifestou a vontade de, a todo o tempo substituir o senhor Presidente da Junta de Bemposta em todos os actos ou procedimentos que porventura viesse a representar, pelo que, contando que, eventualmente, poderia vir a tentá-lo substituir durante todo o seu mandato, foi pedido um parecer jurídico aos juristas da Câmara Municipal, que também passo a ler: “Em cumprimento do despacho exarado pelo excelentíssimo senhor Vice-Presidente, datado de dezasseis de Janeiro do corrente ano, sobre a legalidade do despacho número um dois mil e cinco da junta de Freguesia de Bemposta perante o Órgão Assembleia Municipal, cumpre-nos informar:--

----- Um – O despacho um dois mil e cinco, datado de trinta de Outubro, emitido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, e aprovado por unanimidade pela junta de Freguesia na sua reunião ordinária datada de trinta de Outubro de dois mil e cinco sob o título “Despacho um barra dois mil e cinco – Delegação de competências no senhor Secretário da Junta”, elaborado de acordo com o número dois do artigo trinta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de 18 de Setembro com a redacção dada pela lei número cinco-A dois mil e dois de onze de Fevereiro, apenas se refere à designação do substituto, nas faltas e impedimentos legais do Presidente da Junta de Freguesia; -----

----- Dois – O supra referido despacho, tem validade jurídica no âmbito das funções correntes da Junta de Freguesia, ou seja, na gestão corrente, tanto assim é que o mesmo foi elaborado de acordo com a distribuição de funções pelos Vogais da Junta de Freguesia; -----

----- Três – este despacho não justifica, por si só, a falta dada pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, porquanto carece de fundamentação alegando o justo impedimento perante o Órgão deliberativo do Município de Mogadouro que integra por direito próprio e no qual representa obrigatoriamente a junta de Freguesia nos termos da alínea c) no número um do artigo trinta e oito da lei supra citada. -----

----- Em conclusão e perante o exposto somos de parecer que, as faltas dadas por qualquer Presidente de juntas de Freguesia no Órgão deliberativo do Município, deverão ser justificadas e devidamente fundamentadas, caso a caso, ou seja, em todas as sessões da Assembleia Municipal, ale-

gando perante aquele Órgão o justo impedimento, podendo nestes casos o Presidente da Junta designar um substituto legal. -----

----- *A não ser assim, estaríamos perante um expediente dilatório que o próprio legislador não previu, uma vez que o Presidente da Junta de Freguesia integra **por direito próprio** o órgão deliberativo do Município e não é com despachos de carácter genérico e abstractos que se salvaguardam situações desta natureza*”. Nesta conformidade, continuou, a falta de representação do senhor Presidente da Junta às reuniões ordinárias da Câmara Municipal pelos motivos por ele evocados, leva-nos a configurar alguma precipitação e falta de ética política, com claro incitamento à ilegalidade pública, bem como o total desrespeito por quem o elegeu. Relativamente às insinuações e injúrias que remete para a Câmara Municipal e todo o executivo, caberá à Câmara Municipal interpretá-las e agir em conformidade. Da nossa parte, acho que a verdadeira dimensão do poder local não se compadece com este tipo de injúrias que apenas enobrecem quem as pratica. Sendo assim, será dada comunicação à Assembleia de Freguesia da falta do senhor Presidente da Junta de Bemposta. -----

----- Perguntou de seguida se alguém pretendia fazer alguma intervenção neste ponto de *Antes da Ordem do Dia*, dando de seguida a palavra consoante a ordem de inscrição. -----

► **ANÍBAL MORENO** foi o primeiro orador a usar da palavra dizendo não saber concretamente o que se passava para que a Junta de Freguesia de Bemposta tivesse tomado aquela posição. Pela leitura que foi feita, disse ter chegado à conclusão de haver ali um diferendo entre a Junta e a Câmara Municipal, pelo que solicitava ao senhor Presidente que desse os esclarecimentos que achasse por convenientes sobre aquela tomada de posição da Junta de Freguesia para que a Assembleia ficasse informada do que se estava a passar. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** frisou que se estava a tratar de um assunto que se prendia com informação da correspondência da Assembleia Municipal, pelo que, ali, o senhor Presidente da Câmara, poderia, eventualmente, se quisesse, e se a Assembleia o permitisse, intervir neste momento. Porém, aqui, não lhe competia intervir. Há outra forma de poder responder, que é no *Período da Ordem do Dia*, caso essa questão fosse colocada mas, excepcionalmente, poder-se-ia dar-lhe essa possibilidade, se bem que ele não pudesse intervir aqui, neste assunto, que só diz respeito à Assembleia, disse. Mas, já agora, se quisesse dar essa explicação ... -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou então da palavra para dizer que, em face de um problema desta natureza, o senhor Presidente da Junta de Bemposta nunca o havia procurado, estando o seu Gabinete sempre aberto, de manhã, à tarde, e desde que ele esteja, recebe toda a gente; nunca o procurou para dizer que algo, de anormal ou não, se passava em Bemposta. Em segundo lugar, pode ter mandado algum pedido por ofício (do que também

não se lembrava) mas iria informar-se junto da sua secretária e, como habitualmente, eles seriam todos respondidos. A consideração que lhe cabia fazer é que, o lugar próprio, em democracia, nos homens eleitos e que se prezam de respeitar os seus eleitores é nesta Assembleia; não são cartas à Assembleia Municipal; não são cartas à Câmara Municipal a dizer “mundos e fundos”, que os vereadores correm perigo, que o povo de Bemposta corre perigo, que dignificam a democracia e que dignificam as pessoas que a representam. Elegeram-nos para representarem o povo com dignidade e, um procedimento desta maneira, não é digno, porque é nesta assembleia que se discutem os problemas – esta Assembleia é o Órgão político por excelência. É preciso caracterizar – não é acusações no abstracto – é preciso dizer que o Presidente da Câmara, ou qualquer elemento da Câmara, fez “isto”, no concreto; faltou ao respeito, concretamente, “nesta” situação – isto é que é dignidade, disse. Agora, pôr no abstracto “*estamos a ser tratados antidemocraticamente*”, isso não é nada. Reserva-se também no direito - na parte que diz respeito às comunicações feitas para a Câmara (um Fax, e depois também uma proposta para assistir a uma Assembleia em Bemposta) de tomar atitudes que a Câmara entender por necessárias, disse. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra, aproveitando desde logo para desejar Boa Páscoa à Mesa, a todo o executivo camarário e aos seus camaradas da Assembleia Municipal. De seguida disse ter a impressão de não ter apreendido bem as primeiras linhas da comunicação feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta. Pediu, se fosse possível, par se lerem novamente as primeiras linhas. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** prontificou-se de imediato a emprestar-lhe a referida comunicação, para que a pudesse pessoalmente ler e analisar. -----

► **ILÍDIO MARTINS**, já de posse dos elementos pretendidos, reportou-se à segunda folha da comunicação do ofício do senhor Presidente da Junta na parte que diz: “*Até que não estejam criadas as condições mínimas de liberdade, direito e garantia* (esta parte não interessa muito, disse), *esta Junta de Freguesia deixa de se fazer representar na Assembleia Municipal*”. Entende que há ali uma diferença, que é substancial. (**A continuação deste raciocínio não ficou gravado**). -----

► **JOSÉ LUÍS CORDEIRO** também usou da palavra dizendo ter obrigação moral de se pronunciar sobre isto. E continuou: “Após as eleições – e a democracia é assim – ganham – todos os concorrentes sujeitam-se a ganhar; logo após as eleições, o que o senhor Presidente da Junta deixou dizer foi o seguinte: «Eu, não tinha muito interesse em ganhar a Junta; o que tinha interesse (isto foi muitas vezes falado publicamente), o que eu queria é que o PS ganhasse a Câmara». Porque o filho dele constava em quarto lugar. Como sabem, isto é preciso muita carolice para ser Presidente da Junta porque, não são duzentos e cinquenta euros, que ganha um Presi-

dente da Junta, que paga o esforço que todos os que estão eleitos nesse cargo fazem. Mas, esse senhor, nunca lhe passou pela cabeça que é preciso – passo a expressão – o senhor Presidente da Junta, eleito em Bemposta, não lhe passou pela cabeça que é preciso uma dedicação permanente, vinte e quatro horas por dia; é preciso sermos incomodados em nossas casas; é preciso dispormos do nosso telefone; é preciso dedicarmo-nos de corpo inteiro à população. Por certo, ele não estava capacitado para isso; ele só viu o dinheiro. O cerne da questão põe-se aqui! Lamento que o senhor Presidente da Assembleia – talvez não intencional – não nos comunicou quando ele quis delegar num secretário – o senhor Belmiro é um secretário, é preciso que se diga. O senhor Belmiro é o secretário da Junta de Freguesia de Bemposta. Eu, durante vinte anos, nunca, nunca, abdiquei dos meus deveres. Os senhores sabem que eu trabalho por conta própria; deixei em deferimento de prejuízos – porque eu não tenho que apresentar nenhuma justificação para o meu salário entrar na minha conta. Eu sacrifiquei-me, mas voluntariamente, dediquei-me com as minhas capacidades – se calhar deixei muito a desejar em relação às minhas obrigações, mas dediquei-me de corpo e alma àquela minha gente, aquela de Bemposta. A única coisa que eu faço, aqui, de sugestão, aqui, perante esta Assembleia, é que o senhor Presidente da Junta se revê que não tem capacidade para gerir Bemposta, que se demita. Isso também está em lei. Não há nada que impossibilite que se demita!” -----

► **ANÍBAL MORENO** voltou a usar da palavra e começou por dizer que achava que se tinha entrado quase em campanha política por Bemposta. E continuou: “Em primeiro, solicitar ao senhor Presidente se, no decorrer desta assembleia, possa dar conhecimento dos ofícios que a Junta se queixa de ter dirigido à Câmara e não lhe terem sido respondidos; portanto, se for possível, que durante esta assembleia municipal se dê conhecimento deles à Assembleia. O que está aqui em causa – e agora para responder à intervenção do José Luís Cordeiro – o que a Junta aqui está a colocar em questão é a representação, não é o trabalho que tem que fazer – eles não dizem que não vão fazer o trabalho – a questão que se coloca aqui é um diferendo político com a Câmara Municipal; é uma tomada de posição que a Junta tem todo o direito de a tomar. Eles não dizem aqui que deixam de fazer o trabalho, não: eles continuam a fazer o trabalho mas, devido ao diferendo que existe que, quanto a mim, também não está cabalmente explicado (não entendo muito bem o que é que se passa) mas há, de facto, um diferendo e o senhor Presidente da Câmara também não adiantou muito mais, por isso, é que solicitava que nos desse conhecimento do teor desses ofícios, que se calhar nos leva a um melhor entendimento do que se está, de facto, a passar. Ao senhor José Luís, eu acho que, aqui, a Junta não está a fugir ao trabalho, antes pelo contrário: eu acho que ela quer participar mais, só que há o tal diferendo, e quer participar mais, e há o tal diferendo que nós não

sabemos bem o que se passa mas, com certeza que, com o tempo, vão ficar completamente esclarecidos. Quanto ao trabalho, penso que o senhor Presidente da Junta de Bemposta continua a querer fazê-lo mas, com certeza também precisa da colaboração da Câmara Municipal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** antes de passar ao ponto seguinte disse querer concluir com a seguinte linha de pensamento: “Nós estamos aqui, fazemos parte, todos, da Assembleia Municipal e penso que é aqui, neste local, que se deve produzir a verdadeira política. Não é ausentando-nos dela que compartilhamos dos interesses do município. É vivenciando; é estar presente; é discutir; analisar; etc., etc. que nós fazemos parte integrante de um Órgão para o qual o povo nos elegeu”. De seguida, anunciou que se passaria ao ponto seguinte, tendo sido interrompido pela Deputada Municipal Eugénia Cabanal que pretendia agradecer as felicitações que lhe foram enviadas pelo seu aniversário. -----

----- Passou de seguida ao último ponto de “Antes da Ordem do Dia”: ----

----- **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto, dando de seguida a palavra consoante a ordem pela qual se foram inscrevendo. -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** foi o primeiro a usar da palavra neste ponto, e disse: “Por motivos profissionais, dos quais dei conta ao senhor Presidente da Mesa, na justificação que apresentei quando eu não estive presente na segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mogadouro. Nesse sentido, apenas tomei conhecimento das boas intervenções que aqui foram feitas, no momento e na altura em que li a acta respectiva. Sem prejuízo da generalidade das intervenções que, repito, foram boas, eu gostaria de, e neste ponto dos assuntos de *Antes da Ordem do Dia*, enfatizar uma das intervenções que li com especial prazer: estou a referir-me à intervenção proferida pela Dona Joaquina Mariano – e repito, sem menosprezo pelas restantes – e quero dar-lhe os parabéns: «Parabéns Dona Joaquina», porque só é capaz de fazer intervenções de alto teor quem diz o que sente e quem sente verdadeiramente aquilo que diz. Pena é que a qualidade das intervenções proferidas, e a competência de quem as profere, não se traduza em votos nesta assembleia e, digo: que bem representado ficaria esta Câmara no Concelho Municipal de Educação se, eventualmente, a Dona Joaquina tivesse sido eleita. Não estou com isto a dizer (para que não venham já a seguir a atacar) que a Assembleia está mal representada com a eleição do Vítor Coelho – parabéns Vítor. Apenas digo que, com a eleição da Dona Joaquina ficaríamos bem representados. Congratulo-me pelo facto de, quer o senhor Presidente da Mesa da assembleia, quer o senhor Presidente da Câmara, terem dado os parabéns à Dona Joaquina. Serve esta pequena introdução para enquadrar os assuntos que gostaria de referir neste ponto da *Ordem de Trabalhos*. Aliás, foi na sequência da intervenção da Dona Joa-

quina que o senhor Presidente da Câmara respondeu, a propósito do assunto «Feira Franca». A propósito desse assunto, foi referido pelo senhor Presidente da Câmara que não comungava da satisfação da Dona Joaquina relativamente a esse evento. Pois bem: eu estou de acordo com ambos. Estou de acordo com a Dona Joaquina quando se refere à importância da Feira Franca dos Produtos da Terra, no apoio ao escoamento de alguns dos nossos produtos agrícolas e agro-alimentares mas, também estou do lado do senhor Presidente da Câmara quando faz apelo à sua insatisfação a propósito da liberalização, a propósito da certificação e a propósito da qualidade – ou da falta dela – dos produtos apresentados. Chegando aqui, apetece-me perguntar porque razão, concelhos como Montalegre, como Boticas, como Vinhais, possuem uma rede ampla de unidades de transformação, uma rede ampla de Cozinhas Regionais, perfeitamente licenciadas. Porque razão o senhor Presidente da Câmara consegue encontrar em concelhos, ou em freguesias, como Sendim, ou em concelhos, como Bragança, em concelhos como Miranda, Cozinhas Regionais, mas não as consegue encontrar em Mogadouro? Porque razão os produtores de queijo do concelho de Mogadouro têm que andar a fugir do Doutor Abreu? Já não lhes basta guardar os rebanhos do lobo, que agora têm que se preocupar em esconder o queijo e os chouriços do Doutor Abreu (parece que é um «papão»). Bom, será que os nossos produtores, será que os nossos agricultores têm algum gene que os torne menos empreendedores – e esta palavra está muito na moda – que os agricultores dos concelhos que referi? Eu não acredito que os nossos agricultores, que os nossos produtores, que os nossos empresários agrícolas sejam menos empreendedores que os outros. Acredito, sim, mais na falta de dinamismo das instituições do nosso concelho e incluo nas instituições do concelho, não só as organizações representativas do sector, mas também as instituições autárquicas – como por exemplo a Câmara e as Juntas de Freguesia. Refere o senhor Presidente da Câmara, a este propósito, que o município fez algum esforço e, inclusive, chegou a licenciar ainda quatro Cozinhas Regionais – estou a citar, isto é o que vem lavrado em acta. Além disso, tem vindo a promover reuniões com a engenheira Manuela Condado (e a engenheira Manuela Condado é técnica da DRATM – Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes responsável pelo licenciamento de unidades de transformação). Pois bem, senhor Presidente: todos os esforços desenvolvidos no sentido de melhorar as condições de vida dos nossos agricultores são bem-vindos mas, em matéria do licenciamento de pequenas unidades de transformação, temos que admitir que se tem progredido muito pouco. Como todos sabem o quadro comunitário de apoio está a chegar ao fim e com ele a medida AGRIS que suporta, ou que financia, essas iniciativas. Durante os últimos quatro anos, parece-me que se poderia ter feito muito mais no que respeita ao apoio, à implementação e licenciamento de pequenas unidades de transformação de produtos agrícolas locais no

nosso concelho. Para tanto, bastaria, entre outras coisas, que o município tivesse criado, em devido tempo, um gabinete técnico orientado para o apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural, à semelhança, aliás, do que acontece noutros municípios, noutros concelhos inseridos em territórios semelhantes ao nosso. É evidente que ainda vamos a tempo; é evidente que ainda estamos a tempo, basta que haja vontade para isso. Aliás, e na sequência desta conversa – desculpem a expressão – gostaria, ou, aproveitava a oportunidade para solicitar à Câmara Municipal que informasse esta Assembleia do resultado dos contactos e das reuniões que têm vindo a ser promovidos com a engenheira Manuela Condado e com a própria divisão de licenciamento da DRATM. Um assunto que reputo de importância para o concelho de Mogadouro são, de facto, as Cozinhas Regionais ou, se quiserem, a transformação dos nossos produtos, que é assim que se ganha mais-valia, é assim que se confere maior valor acrescentado àquilo que nós produzimos. -----

----- O outro assunto que gostaria de abordar nesta Assembleia tem a ver com a recuperação do património do concelho. A Câmara de Mogadouro, em parceria com o ICN, tem em mãos um projecto para a valorização turística e temática da zona envolvente da Cascata da Faia (acho que é uma cascata; eu, infelizmente não a conheço, localizada entre Bemposta e Lamoso – pelo menos é o que diz a notícia do JN de trinta de Março). Aliás, esta recuperação da Cascata da Faia foi um dos assuntos que esteve na base da revisão do Plano de Actividades na Sessão da Assembleia anterior. Mas, sobre esse assunto, falarei mais tarde. Não estou, naturalmente, a colocar em causa a bondade de tal projecto – não estou aqui a colocar em causa, não estou aqui a contestar a valorização da Cascata da Faia, nem o seu custo de cerca de cento e quarenta e quatro mil euros. Apenas pergunto, ou, apenas pretendo perguntar se tal intervenção é uma intervenção casuística ou se insere num plano estratégico de recuperação e de preservação e de sinalização de sítios e locais com potencial interesse patrimonial e turístico do nosso concelho. Como disse anteriormente, este assunto esteve na base da revisão do Plano de Actividades e sobre a Revisão do Plano de Actividades foram, na altura, esgrimidos argumentos a favor e contra. A oposição com argumentos contra; a maioria com argumentos a favor. A bancada da maioria defendeu a revisão do Plano de Actividades recorrendo ao argumento de que um Plano é um documento dinâmico, logo, não estático. Permita-me (e para terminar) que não concorde com tal argumento – com o argumento do dinamismo de um Plano de Actividades. Não concordo por duas razões. Em primeiro lugar, ao fazerem uso do tal argumento, confundem duas coisas: confundem plano estratégico com plano de actividades. O primeiro, o Plano Estratégico, é um plano de médio e longo prazo – é um documento de médio e longo prazo, logo, flexível e dinâmico porque dinâmico é o território, é o sector para o qual se orienta; o segundo, o Plano de

Actividades, é de curto prazo, é anual, e o seu dinamismo aprecia-se através da sua concretização, e não deve (em minha opinião) ser objecto, ou ser sujeito a alterações constantes. Caso contrário, não precisaríamos de qualquer plano; praticávamos gestão à vista. Em segundo lugar – e para terminar – qualquer Plano é o resultado da actividade de planeamento; e a actividade de planeamento integra, entre outras, importantes tarefas como o diagnóstico e como o estabelecimento de prioridades. Ora, um Plano de Actividades que venha a ser posto propriamente em causa, significa que não resultou de qualquer actividade de planeamento”.

► **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, usou a seguir da palavra e disse: “Quero começar por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia e à senhora Secretária a amabilidade que tiveram em mandar-me a carta de parabéns dos meus anos. Obrigado! Acho que é um acto que lhe fica bem. Quero também desejar a todos uma Páscoa Feliz, e em paz, e que essa paz se prolongue por todo o ano. Depois, quero abordar, finalmente, a questão da água em Vale de Porco. A água de Vale de Porco está a chegar aos municípios ciclicamente; em determinadas alturas, chega em muito mau estado: turva (julgo eu que aquilo é derivado dos depósitos – como é uma água com bastante ferro – cria depósitos e depois, por vezes, cria turbulência nos canos, ou no depósito, e chega muitas vezes – e as pessoas de Vale de Porco estão a reclamar, e com toda a razão, porque eu também sou consumidor e, de facto, muitas vezes, nem para tomar banho dá. Mas, eu quero dizer também que, a água e os saneamentos foram feitos em Vale de Porco ao abrigo dum projecto de Bruxelas (julgo eu que foi financiado por Bruxelas) para, de facto, Vale de Porco ter uma água um bocadinho melhor do que aquilo que tinha, mas é uma água que não é tratada, que não é cuidada, e uma água que ainda está muito longe da água recomendada para consumo das pessoas. Portanto, acho que merece, de facto, mais atenção. Depois, quero dizer também que as pessoas de Vale de Porco estão a pagar a água ao preço que pagam os de Mogadouro e os das outras localidades que lhe é servida – julgo eu – água com mais qualidade e água tratada. E, pior do que isso, também, é muitas pessoas convencerem-se que a Junta e Freguesia é a responsável pelas águas. Ora bem: então, a Câmara recebe o dinheiro dos contribuintes e pretende passar a responsabilidade das águas para as Juntas de Freguesia? Não digo que seja a Câmara que vê as coisas assim; sei que há municípios que pensam que é assim. Não estou, de facto, a acusar que seja a Câmara a ver. Mas eu quero esclarecer, de facto, que é importante que se defina claramente de quem é a responsabilidade das águas. E, acho que toda a gente sabe que a responsabilidade das águas é das Câmaras Municipais. Por outro lado, também as águas dos bebedouros públicos, não sei porque razão, hão-se ser passadas para as custas das Juntas de Freguesia – numas!... (parece que noutras não). Não sei bem. Isso, acho que está aí um bocado confuso.

Numas: são as Juntas de Freguesia as responsáveis; noutras: a Câmara dá uma ajuda. Eu acho que isso deve ser, de facto, esclarecido de uma vez por todas. A questão das águas – nós temos lá uma confusão que precisamos, de facto, de esclarecer o que é da Junta e o que não é da Junta; e o que é da Câmara e o que não é da Câmara. Era isso que eu gostava, de facto, que da Câmara Municipal, alguém me esclarecesse”. -----

► **ALBINO RODRIGUES** usou a seguir da palavra, começando por desejar uma Boa Páscoa. A seguir disse: “Venho aqui um bocadinho falar de dignidade. E venho aqui denunciar uma situação que acho ser um golpe baixo em democracia – desculpem-me um bocadinho a agressividade mas, acho que vivi um bocadinho esta situação – e começo por chamar a atenção de um artigo publicado num jornal diário onde o senhor Presidente da Câmara sugere que, a nível de distrito, os Presidentes de Câmara deixem de olhar e de puxar para as “capelinhas” e comecem a ter políticas conjuntas e concertadas. Pois, tenho a dizer-lhes também que, dentro da sua equipa, há “capelinhas” – estou a referir-me à equipa do executivo. Não há políticas de consenso – também é verdade! Esta denúncia, que passo a fazer, não é de todo aquilo que me parece ser uma política de consenso, mas antes um golpe baixo que em nada valoriza o poder autárquico. Tive conhecimento que a Câmara – mais propriamente o responsável pelo pessoal (não sei quem é – falo para gente) – retirou do seu ponto de trabalho uma pessoa doente – doença essa que é um tumor – um cancro – precisa de um saco - e que alguém o colocou nas obras – isto é muito grave! Desculpem eu estar tão emocionado, mas é muito grave. Eu não conheço a pessoa - conheço-a de meu colega de estudar – é o Daniel de Valverde (eu ponho nomes às coisas). Isto é mau, pois o senhor Presidente, como médico sabe que isso é, com certeza, uma situação complicada e que o seu Partido, Social Democrata, com valores, não tem, nesses valores, aquilo que foi feito ao Daniel. Não chegando esta situação, retirou a sua esposa – a esposa do Daniel – do local de trabalho – que era na Pré - uma excelente profissional (porque eu sou pai de um aluno que andou na escola e tive o cuidado de perguntar às professoras – a todas as professoras que, directa ou indirectamente, se relacionavam com essa senhora o que é que achavam (eu sou munícipe; sou Deputado Municipal) – e a resposta foi tão fácil como esta: “excelente profissional; tem cinco braços para as crianças; nunca tocou numa criança. Então, vamos um bocadinho atrás, e vamos falar: quando os profissionais são profissionais, retiram-se do sítio onde estão. Era para não trazer este caso aqui, mas acho que não ficava bem comigo se não o trouxesse. Para colocar uma funcionária destas, é preciso ter muitas razões. E eu pergunto: será que esta questão é uma questão de cor? Será que é uma questão de poder? Será que é uma questão de voto? Tudo pode ser. Não é, certamente, uma política de consenso. E, agora, estou à espera de respostas mas, antes, eu adianto algumas já: espero que não me venham responder que o doutor

Francisco fez o mesmo – porque, se o fez, fê-lo mal, muito mal, mas vocês estão a fazer muito pior – é grave, isto; espero que não me venham responder que colocaram o funcionário no lugar certo – porque há muitos funcionários na Câmara que então não estão no lugar certo (muitos não direi, mas alguns estão). Espero que haja o bom-senso de, pelo menos, colocarem o Daniel – já não falo na esposa, mas o Daniel – no lugar onde estava. -----
----- E agora, para finalizar, outra questão - vindo um bocadinho à Acta anterior – o senhor Vereador Pimentel anteriormente falou da área de urbanística envolvente do município que era – e eu alertei para o facto dos passeios estarem mais largos, das áreas de circulação estarem mais estreitas – que eu estaciono o meu carro ali próximo da Pré, os autocarros estacionam dum lado e já ninguém pára ali. É hora de ponta em frente ao Liceu de Mogadouro. Este projecto – e em questões de urbanismo posso falar com relativo à-vontade – este projecto é importado. É importado, e que se importasse o bom; que não se importasse o mau, era o que eu queria e o que toda a gente quer, penso. Este projecto está em Pedrouços, numa área residencial – pois, aqui, não é uma área residencial, como bem falou o vereador Pimentel, tem uma casa de residência (que são duas, provavelmente), mas pronto. Penso que, em questões de urbanismo, temos muito, muito, a aprender! E temos muito a fazer! Se calhar, não serei eu quem venho aqui ensinar nada de urbanismo, mas poderei dar, efectivamente, umas dicas se alguém me quiser ouvir; se não quiserem ouvir, também fico satisfeito. Obrigado”. -----

► **PAULO CARVALHO** também usou da palavra neste ponto, começando por dizer ter algumas questões para colocar mas, devido ao adiantado da hora, iria limitar-se apenas a um assunto que era de interesse como munícipe. Gostaria de saber o que é que o executivo tem como propósito para a aquisição que efectuou das antigas instalações do Banco Pinto & Sotto Mayor e se vai haver alguma intervenção nessa área e para que é que vai servir esse edifício. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** usou a seguir da palavra dizendo o seguinte: ----
----- “*Quero chamar a atenção da Câmara Municipal para o estado em que se encontram alguns dos principais arruamentos do Bairro de S. Sebastião (que têm bastante trânsito por causa da Escola). -----*

----- *Abrem-se valas e depois demora imenso tempo a ser devidamente repostos o pavimento, tornando-se incómodo para as pessoas que aí transitam, além de danificarem também os automóveis. -----*

----- E, já agora, eu já trouxe aqui este assunto, outra vez, em relação aos semáforos da Avenida de Espanha, eu penso que continuam desregulados, que não estão a funcionar correctamente; acendem, apagam, sem os automóveis ultrapassarem a velocidade. Dá-me a ideia que aquilo continua a não funcionar correctamente. Eu já tinha chamado a atenção, aqui, outra vez”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou também da palavra para dizer o seguinte: “O que me traz aqui, esta intervenção prende-se, no essencial, com esta Casa. Eu acho que também devemos olhar para as necessidades que esta Casa comporta e que, portanto, na preparação da Assembleia, em conferência de líderes, com o Presidente e a Mesa, achávamos por bem, em conjunto, trazer este assunto para reflexão e, possivelmente, aprovar a melhoria das instalações da Assembleia Municipal. Refiro-me concretamente à primeira bancada, onde se proferem as intervenções, que tenham outras condições – pelo menos a primeira bancada – que tenha mesas para, de facto, colocar toda a documentação e estar, portanto, mais à vontade para proferir as intervenções necessárias nesta Assembleia. Por outro lado, isto, com certeza que, o ter que se deslocar constantemente a este púlpito, se calhar, inibe muitos dos Deputados Municipais de se inscreverem para proferirem as suas intervenções e, por isso, colocava também este assunto à consideração da Assembleia, que era a colocação, pelo menos, de dois micros para cada bancada, de modo a que não seja necessário, sempre que algum Deputado queira intervir, ter que se deslocar aqui para fazer a sua intervenção. Portanto, chegámos mais ou menos a consenso, nessa conferência de líderes, que se devia propor à Câmara Municipal a aquisição de dois micros por cada bancada e colocar umas mesas, pelo menos, com tampão na primeira fila, para os da primeira fila poderem ter a documentação e podê-la consultar com mais à-vontade e com melhores condições. Era isso, portanto, que deixava para a Assembleia reflectir; penso que o encargo disto não será grande e, como tal, criar melhores condições à Assembleia para poder desempenhar o seu trabalho”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio a seguir para dizer que corroborava o que tinha sido dito pelo Deputado Municipal Aníbal Moreno, que, de facto, tinha sido uma conversa que tiveram por entenderem que as condições de trabalho não são as melhores, o espaço é aquele que têm; porventura, outro seria mais desejável. De qualquer das formas, julga que será possível, pelo menos, arranjar umas mesas para os Grupos Parlamentares poderem escrever, poderem intervir, apresentar Propostas, etc. e, também, por uma questão de acomodação, não se andarem sempre a levantar, arranjar uns microfones. Este desafio está colocado; é da responsabilidade de dois Grupos Parlamentares e da Mesa e, portanto, pensa que a Câmara não ficará indiferente a esta solicitação para melhoramento do funcionamento da Assembleia, disse. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou a seguir da palavra para dizer o seguinte: “Esta minha intervenção deveria ter sido feita na reunião anterior; só não o fiz porque, no período da manhã, não houve oportunidade e, no da tarde, as pessoas não estavam presentes e é meu princípio falar das pessoas quando elas estão presentes – nunca nas costas das pessoas. Foi aqui dito – e eu fui desmentida – que este município fez-se sempre representar nas Assem-

bleias de Escola. Isso não é verdade! Foi-me pedido, também, que fosse mais rigorosa nas afirmações – e eu sou rigorosa, podem crer! E, nunca diria aqui que o Executivo não se fez representar, se isso não fosse verdade. Em quatro reuniões que houve neste mandato, o executivo tem cinquenta por cento de faltas e cinquenta por cento de presenças. Faltou dia cinco de Maio e dia dois de Julho, mais concretamente. Também, a prosódia posta no discurso só podia ter um objectivo – intimidatório – uma vez que todos sabemos que não é a prosódia que traz substância aos discursos. E era só. Uma Boa Páscoa a todos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, no uso do direito de resposta, usou a seguir da palavra, começando por responder às questões postas pelo Deputado Municipal Manuel Luís Tibério: “Há pelo menos uma coisa em que estamos de acordo, foi nos nossos parabéns à Dona Joaquina. Aliás, esses parabéns, eu tenho-lhos dado sempre ao longo de quatro anos, mais estes meses que estamos aqui. A senhora sempre fez intervenções com parcimónia; sempre fez as suas intervenções pelo lado positivo e – digamos assim – até com uma simpatia especial – passe. Quanto à Feira Franca, quando eu disse que não estava satisfeito – não estou, não estou! Mas não é por compará-la com a Feira de Vinhais, ou com a Feira de Montalegre, ou isso. São feiras com vinte e seis anos, a de Vinhais; a de Montalegre com trinta e tal, e a nossa tem quatro anos apenas. Estou insatisfeito porque, na realidade, sempre que abre uma feira franca em Mogadouro nós temos dificuldades de equipamento, nomeadamente as barracas – estão totalmente desactualizadas. Temos dificuldade em – passe o termo – “aturar” o Doutor Abreu que nos diz constantemente: «isto não está legal, não está isto, não está aquilo»; estão-se aqui a vender queijos de Bruçó; estão-se aqui a vender chouriços não sei de onde e isto não é legal: tem que haver uma Certificação. Temos, de facto, pugnado pelas certificações. Mandeí ofícios para a fábrica de azeite, por exemplo – só para referir dois – para a fábrica de azeite, por exemplo de Bemposta e também para a Cooperativa de que faz parte – já há dois anos – a dizer: «se precisarem do auxílio da Câmara para criar uma marca de azeite, digam; se o poder político tiver alguma influência nisso, nós avançamos com essa situação». Até hoje, creio que ainda o não têm; espero que o tenham rapidamente. É desta dificuldade, da certificação da qualidade e da origem que eu estou um bocado triste porque, o resto, lá há-de ir aos poucos. Isto não ponha dúvidas. Ora bem, isto, para falar nos queijos, para falar nas Cozinhas Regionais – ó Doutor Tibério, eu creio que não está bem a par da dificuldade que há em mobilizar as pessoas no sentido de investirem, mesmo quando nas Cozinhas Regionais a Câmara se compromete a dar uma participação substancial depois delas montadas. Assinei quatro: só uma é que está a ser feita. Vamos ver! Se fizerem essa, já não é mau! Encontramos em Sendim, uma! Encontramos em Bragança, outra! Vamos encontrando por aí mas, isso é louvável. Cá, custa investir. Há uma

dificuldade grande em investir em Mogadouro. A falta de dinamismo: há falta de dinamismo; não há falta de dinamismo quando estamos nós no poder a falta de dinamismo é evidente; quando estão os outros, é pouca; quando estão os outros é muita. A falta de dinamismo, não houve muito – e talvez houvesse alguma, não nos pomos de parte porque, o dinamismo não surge em bloco. Tudo, toda a acção de uma Câmara, não surge em bloco. Entrámos para esta Câmara em determinadas condições; nenhum de nós tinha prática - a não ser o Monteiro e, creio que o Pimentel, já tinham passado por aqui - e, para vencer aquela inércia inicial, acho que trabalhámos bastante e que, neste mandato, e ao nível deste mandato, as coisas estão muito mais activas do que na altura. Referindo-se à Doutora Manuela Condado – ela já veio aqui! – veio aqui a nosso convite. E veio aqui a nosso convite porquê? Porque entendemos que, de facto, vindo uma técnica, sabedora como ela, nos vinha incentivar e dizer como se faz, tanto no modo de proceder e de produzir como na burocracia de conseguir das instituições, e ela foi. Foi até à sua Terra! De maneira que isto, lá vai assim. Quanto ao Gabinete Agrícola, não conseguimos fundar um Gabinete propriamente dito durante o primeiro mandato. Em determinada altura, isso também custava, portanto, muito dinheiro e as portas estiveram sempre abertas para tudo que os agricultores precisaram porque, as ordens que eu tinha dado ao Vereador Dário, era que se pusesse, de facto, à disposição de todos aqueles que produziram na Feira Franca, para acções que requeressem a sua presença. Quanto ao ICN, nós – e o que é seu a seu dono – não tivemos nada que ver com o problema da Faia, a não ser consentir. A nossa acção é muito pouca: o ICN apresentou-nos assim: «vou fazer-vos isto, querem?» – Queremos. Está tudo dito! Eu acho que não devíamos ter dito, «não queremos»! É a recuperação de um ponto – é pontual. Fica recuperado; fica um caminho; fica uma ponte; fica isto; fica aquilo – é totalmente pago pelo ICN (o projecto é totalmente deles, do Parque Natural e Internacional do Douro). Só dissemos: sim senhor, tudo o que vier à rede é peixe. Quanto ao Plano de Actividades: o problemas dos Planos de Actividades – e a modificação, porque foi precisamente para aqui, para a Fraga, ou Cascata da Faia – nós não tínhamos, de facto, o nosso Plano tratado, nem sonhávamos que sairia deste mandato, que se iria recuperar aquele canto, mas não íamos perder esse capital. Entre trazer um Plano de Actividades aqui e perder aquilo, entendi que o devia trazer, e alterou-se. Eu sei que os Planos de Actividade e aquilo que a gente quer para o nosso concelho – uma estratégia correcta para o nosso concelho – era bom tê-la. Assim como era bom contar com o capital que tínhamos à partida. Então, tendes mil contos: fazei um Plano de Actividades. Mas, tendes mil contos: nem mais um tostão, nem menos um tostão! E, então, havia uma estratégia de prioridades, absolutas, dentro desses mil contos. Mas, não é assim! Isso não é assim! Nós vivemos um período e, para trás ainda, vivemos um período pior – oxalá que estes quatro

anos sejam melhores – e, portanto, as estratégias e esse rigor de planeamento não é possível. Temos que os alterar sempre que isso for útil para o município. Creio que lhe respondi às suas perguntas”. Neste momento, alguém da bancada interrompeu o senhor Presidente da Câmara, o que não ficou gravado. Depois disso, ele continuou: “Ora bem: ainda não tivemos resultados. Os resultados foi a boa-vontade da senhora, que nos mandava depois uns relatórios e as formas de actuação”.

----- Quanto às interpelações do Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, Dulcíneo Rodrigues, o senhor Presidente da Câmara informou que aquelas seriam respondidas pelo Vereador António Pimentel.

----- E continuou, desta vez dirigindo-se ao Deputado Municipal Albino Rodrigues, para lhe dizer que, se calhar, golpes baixos ali não havia. E continuou: “Não meta muito a política nisto porque, isto aqui, não há golpes baixos. Isto aqui, há um funcionário, que entrou para aqui para uma determinada posição e que estava colocado nos armazéns e, quando eu disse ao Vereador Pimentel para as diversas posições regressassem a elas, pronto. Todos fizeram. Se não fizeram todos, ainda vão ser todos. Ora bem: apareceu-me esse senhor no Gabinete – eu compreendi a situação dele perfeitamente – e disse-lhe: traga um atestado médico a dizer aquilo que se passa com o senhor. Não falou em cancro! Falou numa colostomia – que é totalmente diferente de ter um cancro (pode tê-lo tido, mas não o tem). Portanto, não falou que não podia trabalhar p’ró sítio onde foi destacado. Mas, mesmo assim, eu encetei o processo de lhe perguntar se ele quer, ou não, ser reclassificado para outra situação mais cómoda do que essa. Portanto, antecipar essas coisas todas, golpes baixos, isso tudo, talvez não seja a atitude mais correcta. Quanto à senhora que foi tirada da escola, é exactamente a mesma coisa: ela entra para a sua situação com que entrou e, mais nada! Essa não é doente.

----- Quanto a Urbanismo o Vereador Pimentel fará o favor de responder depois.

----- Paulo de Carvalho : o que vamos fazer do edificio do Banco Pinto & Sotto Mayor, aqui neste baixo, que dá para a rua de D. Afonso II, vamos fazer o Gabinete de Apoio ao Investidor. Já está o protocolo assinado, com a Associação de Pequenas e Médias Empresas; está o projecto apresentado a Bruxelas e estamos à espera que o projecto venha para ser implementado. Na parte de cima, logo em frente da porta de entrada, vai ficar o Posto de Turismo, naquela sala (vamos ampliar um bocadinho) e vamos fazer ali um Posto de Turismo e venda das publicações que a Câmara tem participado, etc. Na restante parte, estamos a pensar ainda – se a negociação da Casa dos Magistrados resultar – então fica o Arquivo Municipal na Casa dos Magistrados e ficará ali um Posto de Recolha e Vendas de Produtos da Terra; se não conseguirmos o espaço, então, ficará ali o Arquivo Municipal, que está aqui instalado em condições péssimas (como sabem, já ardeu

por duas vezes – queremos ver se não perdemos estes documentos). -----

----- Professora Eugénia Cabanal: Não conheço exactamente esse estado tão deplorável dos arruamentos do Bairro de São Sebastião mas, pelo menos dos passeios e doutras coisas, está detestável, de facto. E as ruas, também. Há um projecto para recuperação total do Bairro, e a Câmara está-se a coibir um pouco de gastar aí muito dinheiro. Possivelmente, se começa a ter esses buracos de canhão, teremos que actuar, pelo menos, para resolver o problema dos arruamentos. Quanto aos semáforos, não sei o que se passa, o Vereador Pimentel, depois, esclarecê-la-á. -----

----- Aníbal Moreno: quanto a condições da bancada, eu estou inteiramente de acordo consigo. Resolvam como quiserem que a Câmara e no que depender da Câmara, está feito. -----

----- Professora Antónia Cardoso: queria fazer jus à sua capacidade de verificação que é sempre lógica: «deixa cá ver se o indivíduo fala verdade!» É lógico; tem de ser assim, porque, nós aqui, como não temos muita capacidade, depois, de ir verificar, às vezes até nos podemos distrair. Se reparar, com certeza, aquelas presenças que lá estão, são minhas. Mas, eu encarreguei de fazer isso, o engenheiro Monteiro. O engenheiro Monteiro é que era a pessoa encarregada de tratar as escolas. Se houve faltas, ele não foi lá - porque não era esse, nessa altura, o meu pelouro. No entanto, peço desculpa pelo lapso e espero que também me justifique aquela que me disse, das escolas estarem a passar das zonas urbanas para as zonas rurais ao nível da Europa – também queria que ma justificasse, está bem? Muito obrigado”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo vereador António Pimentel, usou a seguir da palavra para responder às questões ainda em aberto. E disse: “Vou começar, se me permitirem, por falar ao Dulcíneo – aliás, é um assunto reincidente, pelo menos em contactos bilaterais, nomeadamente comigo e com o senhor Presidente da Junta de Vale de Porco. Sabem que temos vinte e seis fontes de fornecimentos de água autónomas – independentes, para além daquelas que têm tratamento a partir das ETA’s de Bemposta, Bastelos e da Camba. Além dessas, há mais vinte e seis, que são fontes de abastecimento a partir de captações, ou furos artesianos. A política desta Câmara – e por isso se deu um especial enfoque neste mandato, tornando a estrutura de apoio ao abastecimento e fornecimento de água uma estrutura autónoma – portanto, optámos por proceder a limpeza de captações, limpeza de depósitos. A informação que ainda há pouco tempo me passou pelas mãos e da qual dei conhecimento ao senhor Presidente, consta, justamente o número de limpeza de depósitos e de captações que os serviços de águas do município têm efectuado. Portanto, é normal que a água não tenha a qualidade que tem, sob o ponto de vista bacteriológico, ou doutras qualidades, doutras características que são permanentemente analisadas pela Câmara Municipal – é normal. Também aí, já despachei há algum

tempo, para que os serviços instalassem nesses sistemas autónomos um sistema – nuns, onde temos electricidade, eléctrico; noutros, gravítico de, pelo menos, cloragem da água – e vai ser implementado. Pouco mais podemos fazer, neste momento, nessas fontes de abastecimento de água. Em relação aos fontanários – umas aldeias terem, outras não – é evidente que muitas aldeias e muitas Juntas de Freguesia preservaram redes que tinham de captações próprias para esses fontanários; outras, que estavam danificadas, não o fizeram – creio que é o caso de Vale de Porco, que tem vindo a solicitar à Câmara que proceda à instalação de uma tubagem nova para poder trazer água, de um prédio de junto da serra, para Vale de Porco. É ainda um trabalho dispendioso – Vale de Porco tem água – não creio que essa seja melhor do que a que tem, mas também creio que as Juntas de Freguesia têm as suas próprias capacidades e competências e, portanto, creio que também essa dos fontanários e dos depósitos, de abeberamento dos animais são das competência da Junta de Freguesia. -----

----- Em relação à Cascata da Faia (o senhor Presidente já falou) foi um projecto feito integralmente pelo Parque Natural do Douro Internacional, que nos foi presente, se a Câmara estaria disponível para o mandar executar. O senhor Presidente já disse: o nosso papel foi assumi-lo da melhor vontade, porque entendemos que é um valor acrescentado para o concelho e, nomeadamente, para a freguesia de Bemposta (está, neste momento, em concurso público). Consideramos – senhor Deputado Tibério – creio que até – por acaso, ainda ontem, estive uma colega sua aqui, numa reunião comigo, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que andou a fazer um estudo muito cuidado através dum projecto INERREG, de toda esta área do Parque (não fixe o nome dela; sei que é da Figueirinha – Elisa Preto), onde consta esse levantamento, quer geológico, quer a todos os níveis, desta zona e, nomeadamente, da Cascata da Faia. Ela irá ser dotada dum percurso devidamente identificado; irá (creio eu) tornar-se um ponto de passagem para muitos mogadourenses e para outros que nos visitem. Sinceramente, acho, é um valor acrescentado para o concelho. -----

----- Deixem-me dizer só, sobre as referências que aqui o Deputado do Partido Socialista fez sobre a questão do pessoal. O senhor Presidente já disse o essencial mas eu quero referir o seguinte. É que, em relação ao funcionário que estava no armazém, ele esteve lá durante quatro anos, precisamente porque me informou de que tinha um saco que teria necessidades de proceder, efectivamente, e a curtos espaços de tempo, de recorrer a casas de banho; agora, chegou a uma altura que, quando esse funcionário também diz que não tem condições mínimas para trabalhar (e eu admiti, e a Câmara entendeu, enfim, que as limitações seriam algumas) mas, também, quando o funcionário joga futebol – como joga; quando vai à caça – como vai, portanto, o trabalho que se lhe mandou fazer é um trabalho muito mais leve, não se lhe exige aqui fazer aquilo que não possa fazer, simplesmente

regressou à categoria dele que era de trolha. Dentro da categoria dele, só fará aquilo que a sua condição física lhe permitir. Em relação à esposa, a categoria é cantoneira de limpeza e posso, e devo-lhe, dizer que fui eu que, em determinada altura, quando se ausentou a senhora – ou quando acabou o contrato da senhora que estava lá – se pretendia, ou se estava disponível para ir para aquele local. A senhora aceitou; foi uma senhora – pela informação que tenho – corresponde justamente às referências que fez da senhora – acontece o seguinte: é que, nesta vila, toda a gente quer vir para a Câmara mas, quando é para entrarem, muito bem – para a limpeza, seja para aquilo que for – mas depois de estar cá dentro, ninguém quer pertencer ao sector de limpeza e há muita dificuldade em manter esta vila limpa, precisamente por essa situação porque, mal chegam à Câmara, querem é fugir do sector da limpeza. Mas, mais: essa senhora tinha manifestado, até, já vontade de sair da Pré Primária. Portanto, quando do Centro de Emprego se apresenta uma pessoa que já tinha estado lá, justamente dois anos, com boas referências igualmente, perante os alunos, e dos pais, optou-se por colocar no serviço para que havia entrado para o quadro, a exemplo de outros que estavam no armazém, que eram jardineiros, que vieram para jardineiros, e que, à medida que vai sendo possível, a Câmara irá colocar os outros – que alguns, com certeza, existem ainda – nos respectivos serviços. Em relação à zona envolvente, eu não me vou pronunciar mais. A zona envolvente da Câmara, eu creio que, enfim, tem todo o direito de não gostar daquilo que aqui está feito – tem todo o direito! Mas, eu acho que não temos o direito, nem a capacidade, para dizer que está mal, quando é um Gabinete - contratado para o efeito - que faz o arranjo da zona envolvente - quando esse trabalho merece a concordância da parte da CCDR, através do estudo feito pelo GTL - e mais: quando é com base - e por ser feito por esse Gabinete - que o actual Governo defere o financiamento, o retira da posição trigésima primeira – quando só havia dinheiro para aprovar dez candidaturas – e transporta essa candidatura que nós fizemos ao PRAUD (Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas) para primeiro lugar. Portanto, podemos não gostar; o processo, se calhar, também ainda não está concluído. Acho que essa avaliação deverá ser para o final, pese embora – não somos obrigados, todos, a gostar do mesmo, não é? -----
----- Arruamentos de São Sebastião: tem toda a razão, professora Eugénia Cabanal e Deputada desta Assembleia mas, deixe-me acrescentar àquilo que foi dito pelo senhor Presidente do seguinte: este Bairro foi a concurso público no início de dois mil e cinco, creio eu. Esse concurso decorreu até à fase de abertura de propostas, de análise de propostas. Acontece que, uma das empresas reclamou e esse processo encontra-se em Tribunal. Como ia entrar em obras, a PT pediu para ver se autorizávamos a que fizesse já as ligações telefónicas (mal sabíamos nós que o Tribunal iria arrastar esta situação durante tanto tempo). De maneira que, a PT, rapidamente (ainda

ontem me informou que iria tapar as valas) e o serviços da Câmara irão, provisoriamente, dar um arranjo aos buracos que não são produto da abertura das valas. Em relação ao semáforo há, efectivamente, ali (que ainda não conseguimos resolver) entre o primeiro e o segundo: abre o primeiro e fecha o segundo e fica-se ali um bocado na rua. Vamos ter de trazer cá a empresa que os instalou, ou alguém credenciado para resolver esse problema. Não sei se alguma coisa fica pendente, de qualquer das formas ainda teremos outras oportunidades”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida o outro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;*** -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, não ficou gravada esta intervenção. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, não ficou gravada a sua intervenção. -----

► **EUGÉNIA CABANAL**, por ter apresentado suporte escrito desta sua intervenção, foi possível reproduzi-la: -----

----- *“Quanto à reunião com os representantes da DREN e do CAE (no Porto), pretendia saber qual foi a solução encontrada para a Residência de Estudantes de Mogadouro, se vai ser encerrada e se a autarquia está ou não receptiva a receber o edifício e, se está, qual o destino que pretende dar-lhe.* -----

----- *Ainda na **Informação Escrita**, acerca da Actividade do Município, penso que deveria estar mencionado o nome dos elementos do executivo que participaram nas diversas reuniões. Há umas divisões (as datas não estão seguidas) que eu presumo caberem aos respectivos pelouros, mas não está bem explícito. Se, no cimo de cada divisão, colocassem o nome, seria mais fácil”.* O que se transcreve a seguir já provém de gravação em fita magnética: “Eu penso que estas divisões aqui se referem aos elementos dos diversos pelouros – não sei se estou certa ou errada. Portanto, se, no início, aparecesse o nome era mais fácil nós identificarmos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, no uso do seu direito de resposta, disse: “Tivemos uma reunião na DREN, inicial, acerca de todo o plano escolar e aí foi sugerido, pela Doutora Margarida Moreira, que adquiríssemos a Residência dos Estudantes. Depois, veio aqui, também, um representante da DREN, outro representante do CAE, e reunimos e estivemos a ver as

condições em que eles forneciam. As condições em que fornecem o edifício são: uma cedência por vinte anos; ficam com os funcionários; nós ficamos com o edifício – e é tudo. Sem custos para a autarquia. Os custos são: as obras que lá se têm de fazer e são a devolução, no fim dos vinte anos, com as obras que lá se fizeram. Estamos a equacionar o problema; pusemos o problema também ao conjunto da Câmara; estamos a pôr as coisas no prato da balança; os custos depois de poder funcionar com outras – se se fizer aqui o Pólo que nós pretendemos fazer – é de utilidade escolar (vinte dos ocupantes já são de Freixo), portanto aquilo pode ter utilidade só escolar e, não tendo só escolar, tem muito, muito espaço – que aquilo é bastante grande – para lhe dar outras utilizações que possam ser rentáveis. No entanto, estamos a pretender equacionar os problemas e não vamos tomar uma resolução sem a apresentar à Câmara. -----

----- Quanto à participação dos nomes do executivo, muitas vezes não podem coincidir com os respectivos pelouros porque há muitas – é uma panóplia de reuniões – e todas elas são importantes, só que, umas são mais importantes do que outras. De modo que, o que pode acontecer, é que alguém de um determinado pelouro tenha que ir a um mais importante; e outro que não tem nada que ver com o pelouro, também relacionado com a mesma, mas ir a outra reunião. Mas vamos começar a pôr os nomes. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, por não haver mais inscritos para usar da palavra, apresentou a seguir o ponto seguinte na Ordem do Dia: ----

----- **2. 2 Análise e deliberação sobre “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2005”;** -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que procedesse à apresentação do assunto em título. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, já no uso da palavra, começou por dizer que ali estava mais uma vez, mas que desta vez, pessoalmente, estava pior. E explicou porquê: “Porque dantes, o Moreno, estava sentado na bancada dos Vereadores sempre “em pulgas” (passe o termo), sempre com ansiedade de dizer ao Manuel Varandas – «ó pá faz assim; faz assado» – de maneira que, presumo agora, que as condições de defesa da minha parte – eu que não sou um Economista – estejam um bocado comprometidas. Bom, disso, peço desculpa à nossa bancada e peço aqui, também, que não levem as coisas assim tão ...” -----

----- De seguida, disse: -----

----- *“Tal como nos anos anteriores apresento-lhes, em conformidade com a lei, o Relatório e os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e cinco. Estes documentos destinam-se a ser apreciados por esta Assembleia e a ser apresentados ao Tribunal de Contas e às entidades administrativas dos órgãos da Tutela da Administração Pública Central.* -----

----- *Este relatório tem a particularidade de se referir ao último ano de*

um mandato de quatro anos. -----
----- O ponto fundamental destes quatro anos de gerência insere-se no cumprimento de compromissos assumidos no programa eleitoral de candidatura à Câmara de Mogadouro de Dezembro de dois mil e um. -----
----- Evidenciamos três pontos fundamentais: -----
----- Primeiro: Administramos ouvindo, regra geral, a população. -----
----- Segundo: Realizámos todo este conjunto de obras de acordo com as possibilidades financeiras, gerindo e actuando de modo a não perder oportunidades (isto é muito importante), muitas delas não previstas, ao mesmo tempo que não descurámos realizações imateriais.-----
----- Terceiro: Vimos a nossa acção sufragada pelos munícipes nas eleições de nove de Outubro. -----
----- A execução orçamental de cinquenta e três vírgula sete por cento, embora inferior em relação ao ano anterior, em termos percentuais, regista um aumento em dinheiro de cerca de um milhão e quinhentos mil Euros de investimento. -----
----- Esta baixa percentagem deve-se a três factores fundamentais. O primeiro, reside no aumento substancial do orçamento que, se por um lado nos permitiu ir buscar verbas avultadas para participar contratos-programa e outros apoios, por outro lado, diminuiu em percentagem a chamada execução, isto é, o pagamento. Se tivéssemos feito um orçamento mais modesto, por exemplo, em vez dos vinte nove milhões e seiscentos mil Euros apenas vinte milhões, e a percentagem subiria a mais de setenta por cento, mas não teríamos oportunidade de realizar algumas obras. -----
----- Segundo: a percentagem de execução foi prejudicada porque alguns projectos apresentados para participação através de contratos-programa apresentados ao longo de dois mil e cinco, bem como outros anteriores que, embora aceites, ainda não foram homologados e aprovados, face à escassez de verbas do Quadro Comunitário, o que afecta significativamente o Município envolvendo os nossos fornecedores e empreiteiros no que respeita à dívida, mas estas obras estão já realizadas ou em fase de conclusão. -----
----- Terceiro: a chamada percentagem de execução de cinquenta e três vírgula sete podia ter-se elevado muito se projectos e realizações já aprovadas e homologadas não registassem, por parte das entidades respectivas, atrasos nos pagamentos de vários meses, principalmente os relacionados com o Programa INTERREG III-A, que ainda não nos pagou na totalidade obras já concluídas ou em fase de conclusão de que são exemplos a Recta de Vale da Madre, a estrada de Variz-Saldanha, a estrada de Vilarinho-Ventoselo, recuperação de Castros e Verracos, a Feira de Gorazes dois mil e quatro e outras, como por exemplo a Biblioteca e os abrigos. -----
----- Quer dizer que, se este dinheiro tem entrado – porque está lá há seis e há nove meses (muitos deles) têm entrado em Dezembro de dois mil e

cinco, nós tínhamos pago em Dezembro de dois mil e cinco, e a nossa execução era muito maior. E isto é o grande problema, é não poder entrar logo de frente com um capital certo para podermos fazer as nossas planificações e os nossos pagamentos. -----

----- Se estes dinheiros tivessem dado, de facto, entrada na nossa Secção de Contabilidade no mês de Dezembro, a chamada execução, isto é, o pagamento, teria sido bem mais elevado. -----

----- Considerando as receitas e as despesas correntes, verifica-se que a percentagem de execução é de noventa e oito vírgula dois e oitenta e quatro vírgula quatro por cento, respectivamente. -----

----- Quer isto dizer que, no que depende apenas do Município de Mogadouro, verifica-se um rigor absoluto na previsão de arrecadação das receitas correntes e despesas correntes. -----

----- A percentagem de receitas e despesas de capital é de trinta e oito vírgula nove e quarenta e três vírgula quatro por cento, respectivamente. É um valor baixo, mas muito alto em termos de realização e previsão. Não podemos ignorar ou esquecer que gerimos em tempo de crise, com as limitações impostas pela Ministra das Finanças do Governo Barroso e pela instabilidade. -----

----- Durante o mandato, tivemos quatro governos e, pelo menos num Ministério, entre Ministros e Secretários de Estado, seis. (Isto fez-nos perder muito dinheiro. O Doutor Isaltino tinha-nos prometido dinheiro para recuperar a Câmara – cento e sessenta mil contos – que nunca mais fomos capazes de recuperar através de outros ministros e de outros secretários de Estado). -----

----- A imprevisibilidade das receitas obriga a fazer um orçamento elevado. Se temos feito um orçamento como a oposição queria, não tínhamos tido acesso a muitos capitais, o que tinha como consequência uma boa execução percentual acima dos cinquenta e três vírgula sete por cento (acusaram-nos sempre, nesta Assembleia, de fazer Orçamentos empolados e muito elevados. Simplesmente, se temos feito orçamentos em vez vinte nove milhões e quinhentos mil euros tivéssemos feito de vinte mil, então a nossa execução tinha sido muito mais elevada. Digamos que fizemos, pelo menos, obras e mais realização, o que quer dizer que tínhamos recebido menos dinheiro. -----

----- Com trinta e oito vírgula nove por cento de receitas de capital realizamos quarenta e três vírgula quatro por cento de obras. (Recebemos trinta e oito vírgula nove e realizámos quarenta e três vírgula quatro) Isto é, incorporámos receitas correntes em despesa de capital, ou seja, mais de um milhão de euros. -----

----- Se analisarmos a execução orçamental de mil novecentos e noventa e oito a dois mil e um, verificamos que a realização neste período é de sessenta e nove vírgula cinco por cento, o que corresponde a trinta e quatro

milhões setecentos e nove mil Euros. (Portanto, percentagem: sessenta e nove e meio – bastante superior à nossa, mas corresponde somente a trinta e quatro milhões setecentos e nove mil euros). -----

----- Se analisarmos a execução orçamental de dois mil e dois a dois mil e cinco, verificamos que a realização, neste período, é de cinquenta e sete vírgula trinta e quatro por cento (mais baixa), mas que corresponde a um notável valor de cinquenta e quatro milhões de Euros, o que representa mais cerca de vinte milhões de Euros, isto é, mais cinquenta e cinco vírgula sessenta e um por cento em relação ao período anterior. -----

----- Conclusão: com menos percentagem de execução, bastante mais dinheiro de investimento. -----

----- Quanto ao investimento em dois mil e cinco, verificámos um aumento de catorze vírgula sessenta e seis por cento em relação a dois mil e quatro, o que traduz boa gerência, gestão eficiente e criteriosa das despesas correntes, já que, um milhão de Euros de receitas correntes foram canalizadas para investimento. -----

----- Apesar de todas as dificuldades atrás demonstradas durante o ano de dois mil e cinco, manteve-se o apoio financeiro e a disponibilização de equipamentos ao desporto, à educação, à cultura, à acção social e à Terceira Idade, para além de terem sido desenvolvidas diversas actividades sócio-culturais e desportivas. -----

----- O ano dois mil e cinco é aquele em que se fez o maior investimento de sempre – quinze milhões oitocentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e cinco Euros”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **VÍTOR BATISTA** foi o primeiro inscrito que, ao usar da palavra, além de desejar a todos uma Feliz Páscoa, disse: -----

----- “Estamos aqui neste momento para avaliar, através da Prestação de Contas do Ano Financeiro de dois mil e cinco – que teve por base o Plano Plurianual – e aqui reforço – anteriormente, através de uma intervenção do Deputado Tibério (referia-se a um Plano anual) e isto é com base em Planos plurianuais). Ele reforçou no sentido de dizer que eu disse que era um documento em aberto, um documento dinâmico (eu entendo que é assim) porque, uma coisa estática quer dizer que, a partir do momento que se elabora, se aprova, nunca mais se poderá alterar – um Plano não é assim – e não deve ser assim. Portanto, entendo que é um documento em aberto, um documento que é dinâmico e se vai ajustando à realidade; um Plano não visa adivinhar, ou acertar, na percentagem de execução cem por cento. Um Plano, visa inscrever um conjunto de acções ou proporcionar oportunidade de cativar o maior leque de oportunidades financeiras que recaiam sobre o município. Dessa forma, o Plano é elaborado de forma a dirigir as previsões, ou os possíveis locais onde estão os dinheiros e possam vir recair no

concelho. Dessa forma, é um documento de previsão; não é um documento que visa adivinhar nem acertar. Porque, se quiséssemos acertar na percentagem a cem por cento, era muito fácil: bastava fazer um Plano à medida das receitas que são certas e, assim, tínhamos uma execução a cem por cento. Mas que é que ganhava o concelho com isso? Não ganhava – só perdia! Porque perdia as outras oportunidades incertas. Portanto, é um documento que visa abarcar o certo e o incerto. E o sim certo, dada a situação financeira (eu digo, mais económica) do país, cada vez é mais incerto. Por isso, cada vez tem de ser mais ambicioso um Plano; por isso não estamos aqui a avaliar percentagens porque, as percentagens, não dizem nada e aqui já foram – ou seja, dizem, realidades relativas e não dizem realidades reais, absolutas e, o que nos interessa é o absoluto, não é o relativo. Vamos avaliar as coisas por aquilo que elas representam na realidade, que é o absoluto. E, até pegando num exemplo que até foi, aqui há tempos – um conhecido exemplo – que numa oportunidade, nesta Assembleia, também anterior, até um membro da Assembleia, até era do PS – pegou neste exemplo para caracterizar o que é a estatística – e que eu concordo com ele – para denegrir, até, a imagem que a estatística pode esconder, ou a realidade que se pode esconder, que é: dois indivíduos têm um frango; um come um frango todo – o outro não come nada. Estatisticamente, estão os dois de barriga cheia, estão satisfeitos porque, estatisticamente, cada qual comeu metade do frango. Mas, o que é que aconteceu na realidade? – Um comeu o frango todo mas, o outro passou fome. Isto é para ilustrar que a estatística esconde muito da realidade. Se nos fixarmos aí no valor de cinquenta e três por cento – ou cinquenta e três vírgula sete por cento – de execução, tendo em conta o que foi realizado e que foi pago (porque nós sabemos que os atrasos das transferências das participações comunitárias levam atrasos nos pagamentos) se fôssemos pegar naquilo que se fez mas que, por causa dos atrasos, não se pagou, a percentagem até era sessenta por cento – ou aproximava-se desse valor. Mas isso também não interessa! O que interessa é avaliar as coisas pelo absoluto – pelos valores absolutos. E, para isso, eu vou pegar, por exemplo – em termos de comparação de mandato – nos dois anteriores mandatos: um, que era para comparar até em termos de políticas, em termos de acções – um era liderado pelo PS e outro pelo PSD. Vamos pegar – e vou comparar os anos (podia comparar ano a ano, mas não vou; já o fez aqui o senhor Presidente, numa forma geral) mas, por exemplo, vamos comparar o último ano – que é este – dos dois mandatos anteriores, por exemplo, dois mil e um com dois mil e cinco. Em dois mil e um, houve uma execução de sessenta e quatro por cento; em dois mil e cinco cinquenta e três vírgula sete por cento. O que é que isto traduz? Parece que houve um grande investimento em dois mil e um – mas não, é o contrário. Em dois mil e um a execução orçamental foi aos dez milhões setecentos e cinquenta e sete mil; em dois mil e dois, foi aos quinze milhões oitocentos e

oitenta e oito mil, e mais alguns trocos. Isto quer dizer que, com uma maior execução, investiu-se menos. Portanto, isto das percentagens, não interessa. O que interessa é o real valor que se investiu. Isto, só para dizer que, então, comparando dois mil e um com dois mil e cinco – embora tivesse em dois mil e cinco uma menor execução, teve um maior investimento e que é maior em cerca de cinquenta por cento. Isto para traduzir que, realmente, as percentagens de execução não dizem nada; os valores absolutos é que dizem – o real, dinheiro. Não estamos aqui a trabalhar para as estatísticas, estamos a trabalhar para o concelho. Porque, se estivéssemos a trabalhara para a estatística o concelho era prejudicado e, neste sentido, e pela avaliação deste documento, podemos dizer que a autarquia teve um bom desempenho e, realmente, reforça o dinamismo porque vemos, de ano para ano, vemos sempre um aumento muito gradual e muito satisfatório de investimento. Portanto, isto denota, ano após ano o esforço de investimento, dado as condições em que o país se encontra e dadas as oportunidades, não só do país, mas também de nos encontrarmos no final de um quadro comunitário onde, realmente, tudo já está gasto. Portanto, desta forma, entendemos que este relatório traduz dinamismo, empenho, rigor – é nesse sentido que estão de parabéns e, desta forma, vamos votá-lo favoravelmente. Só queríamos reforçar aqui – às vezes entende-se, às vezes critica-se as alterações que se fazem aos Planos, às revisões que se fazem aos Planos. Um Plano é um documento em aberto. Quanto mais se fizerem, significa dinamismo. E, quando se faz, faz-se para melhor. Portanto, as alterações a revisões tem por base uma adaptação à realidade. Portanto, quanto mais alterações (a minha óptica) se fizerem, significa que mais oportunidades se está a ajustar-se à realidade, ao benefício do concelho. Tenho dito; é a minha visão”. -

► **ANÍBAL MORENO** foi o interveniente que se seguiu, começando por dizer que, em primeiro, não devem seguir o que até agora foi dito na análise – o que são percentagens ou o que é estatística porque, da forma como foi apresentado, não valia a pena apresentar Planos de Actividades nem Orçamentos – punha-se um Ponto genérico e depois, no decorrer do ano, faziam-se as alterações que fossem necessárias. Continuando, disse: -----
----- *“Ao analisarmos os documentos de Prestação de Contas, verificamos que a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos foi a mais baixa dos últimos doze anos, ficando-se pelos quarenta e um ponto três por cento, não acompanhando sequer a execução global do orçamento da despesa que se cifrou em quarenta e três ponto quatro por cento e, se comparado com o ano anterior, baixou seis pontos percentuais, o que demonstra bem que as previsões feitas para o PPI tinham total falta de rigor, tal como nós tínhamos afirmado aquando da discussão do PPI, o que, diga-se, em abono da verdade, já vem sendo hábito na gestão do PSD. A diferença entre o previsto e o realizado é de doze milhões de euros, isto é, o valor previsto e orçamentado não realizado é superior ao valor efecti-*

vamente executado, dado que o Plano Plurianual de Investimentos com o valor global de vinte e um milhões de euros apenas foi executado em oito milhões de euros, ou seja, cinquenta e nove por cento do Plano Plurianual de Investimentos não foi executado. Portanto, praticamente, sessenta por cento do Plano Plurianual de Investimentos não foi executado. -----

----- No que se refere à execução orçamental, é dito pelo senhor Presidente que regista um aumento em dinheiro de cerca de um milhão e meio de euros em relação ao ano anterior. Senhor Presidente, isto não corresponde à verdade e, há-de verificar que, o crescimento, em dinheiro, que registou o Orçamento é de apenas um milhão e oitenta e quatro mil euros e não um milhão e meio. Portanto, convém que se rectifiquem essas contas porque, de facto, esse crescimento não é verdadeiro e, mesmo assim, o crescimento registado resulta, principalmente, do crescimento dos empréstimos de médio e longo prazo – portanto, dívida do município. -----

----- As Despesas Correntes, no valor de seis milhões de euros, têm um crescimento de catorze por cento em relação ao ano anterior, enquanto que as Despesas de Capital apenas cresceram três por cento, ou seja, as Despesas Correntes cresceram setecentos e sessenta e cinco mil euros e as Despesas de Capital só cresceram duzentos e oitenta e seis mil euros; não se privilegiou o investimento mas sim o despesismo. Por outro lado, constatou-se que as Receitas de Capital, no valor de oito milhões e seiscentos mil euros, cresceram dez ponto sete por cento, a que deveria corresponder um crescimento idêntico nas Despesas de Capital mas, na verdade, isso não aconteceu; o que teve um crescimento significativo foram as Despesas Correntes. Por outro lado, os Fundos Comunitários arrecadados, no valor de dois milhões e meio de euros, representam vinte e quatro por cento do orçamentado, o que demonstra bem a falta de rigor nas previsões, ou incapacidade na sua arrecadação, já que, dos dez milhões de euros previstos, oito milhões de euros não foram capazes de os receber. -----

----- Senhores Deputados Municipais: as dívidas de curto prazo a fornecedores e empreiteiros, no valor de dois milhões oitocentos e catorze mil euros, subiram em flecha; poder-se-á dizer que, praticamente, triplicaram se a estas juntarmos autos não registados e/ou obras por medir, facilmente concluiremos que tem razão quem, constantemente, se queixa que a Câmara está a colocar diversas empresas em sérias dificuldades financeiras. Faço votos para que nenhuma empresa entre em ruptura económico/financeira motivado pelos atrasos nos pagamentos que a Câmara está a praticar. -----

----- Senhores Presidentes de Junta: da análise do mapa de Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, verifica-se que, do valor orçamentado de quinhentos e oitenta e sete mil e seiscentos euros, foram transferidos para as freguesias quinhentos e seis mil euros – menos oitenta e um mil euros do orçamentado; por outro lado, analisando as transferên-

cias efectuadas em dois mil e quatro para as Juntas de Freguesia lideradas pelos eleitos do PS, o valor transferido foi de cento e setenta e três mil e quinhentos euros e, no ano de dois mil e cinco, aliás, o valor transferido foi de cento e setenta e três mil e quinhentos euros e, no ano de dois mil e cinco, apenas transferiram para estas mesmas freguesias noventa e dois mil euros, isto é: transferiram a menos oitenta e um mil euros – praticamente cinquenta por cento daquilo a que tinham direito. Quer isto dizer que, quem foi penalizado unicamente, foram as freguesias lideradas pelos eleitos do PS. Tentou-se estrangular financeiramente as freguesias lideradas pelo PS em ano de eleições autárquicas, de forma a criar má imagem perante os eleitores. Senhor Presidente: isto não é sério, não é correcto, é politicamente desonesto, o concelho não é uma coutada dos eleitos do PSD”. -----

► **ANTÓNIO LUÍS MARTINS** foi o orador que se seguiu, e disse: “Em relação à execução orçamental, que é o assunto que estamos neste momento a discutir, já pouco há a dizer. Depois da explicação dada pelo senhor Presidente, a intervenção do Vítor – pouco resta acrescentar. De qualquer forma, queria só contrapor, ao facto do senhor Deputado Moreno ter aqui dito que a mais baixa execução dos últimos doze anos – em termos percentuais – de facto é, é verdade. Eu contrapunha, dizendo que é a mais alta execução real de sempre, em termos do que realmente foi investido no concelho, em dinheiro efectivo, os quinze milhões e oitocentos e oitenta e oito mil euros são, de facto, o maior número de sempre, investido durante um período como o que agora está em discussão. Em termos percentuais, pouco pode representar – é cinquenta e três por cento (já foi dito aqui pelo Vítor). De qualquer forma, eu queria trazer-vos o seguinte: sendo o último ano do mandato, e no total do mandato, este executivo conseguiu realizar cinquenta e três mil novecentos e sessenta e um euros contra os trinta e quatro mil setecentos e nove do anterior executivo. Só a título de curiosidade, no último ano do anterior mandato do PS o investimento real, nesse último ano, foi de dez milhões setecentos e cinquenta e sete mil euros; este ano foi de quinze milhões oitocentos e oitenta e oito mil, o que dá uma diferença de cerca de cinquenta e cinco por cento. Se dividirmos estes cinquenta e cinco por cento pelos quatro anos do mandato, temos uma média de um crescimento anual de cerca de catorze por cento ao ano. Na situação de crise e de dificuldades económicas em que vivemos, qualquer instituição ou empresa, ou aquilo que seja, manter um crescimento de catorze por cento ao ano é notável. Portanto, é digno de se assinalar e é louvável. Eu, apenas fazia votos de que este ritmo, se não fosse possível aumentá-lo, pelo menos, se mantivesse porque, crescer catorze por cento ao ano, em termos de investimento – que é aquilo que interessa (as percentagens, o orçamentado, é uma forma de ir buscar mais algum, de abranger outras formas de ir buscar mais algum dinheiro; de cativar mais fundos para o município; o

que realmente interessa é aquele que é realmente investido e, esse, tem-se notado um acréscimo considerável – como disse, de cerca de catorze por cento ao ano, que é aquilo que nos interessa)”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou a seguir da palavra, e disse: “Pegando aqui nas palavras dos frangos estatísticos do senhor Doutor Vítor Batista, quero-lhe dizer que, a Vale de Porco, só lhe tocou o tutano da asa. Eu pergunto: quem comeu o peito e as patas do frango? Os Economistas pegam no montão de números, levam-nas à frauga, aquecem-nos, malham-nos bem malhados na safra e acaba por sair uma forma – com a forma que mais convém para os Economistas. Por causa disto é que, de facto, Vale de Porco teve, durante o ano de dois mil e cinco direito a quatro mil euros e, quatro mil euros, neste quadro que vem aqui, das freguesias, é somente a freguesia que menos recebeu durante o ano de dois mil e cinco – estes números estão aqui e é isso precisamente que dizem. Eu espero que, de facto, como aconteceu já noutros tempos, Vale de Porco também venha a ser compensado como outras freguesias foram noutras alturas. Espero isso! Já várias vezes ouvi: «aquela freguesia levou mais porque, nomeadamente, no tempo do doutor Francisco, tinha sido sacrificada e agora vamos-lhe dar mais». Agora, se calhar, também vale a pena que Vale de Porco venha a beneficiar por aquilo que não tem recebido até aqui porque, Vale de Porco não é a freguesia mais pequena; não é a que tem menos população, nem tão-pouco é aquela que tem menos necessidades porque, em necessidades, de certeza que lhe ganha a qualquer uma das outras”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara Municipal para responder. Entretanto, foi dizendo que isto era uma questão de se olhar aos tempos; antes de dois mil e um eram precisamente aquelas as acusações que se faziam ao executivo e queixavam-se penitenciosamente das suas freguesias que também não eram seriamente apoiadas; agora, disse, era só uma questão de trocar números. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Eu, julgo que este é o Relatório de Contas mais fácil de defender nos últimos anos – teve a maior aprovação de sempre há seis meses atrás; com dez meses, desta execução de doze, já tinham sido cumpridos; a população já o sufragou (o povo já o sufragou) dando a vitória eleitoral a quem o tinha executado. Portanto, agora aqui, são pequenos «faits divers» – mais um por cento para a frente, menos um por cento para trás, mas já está sufragado. Este é talvez o mais fácil, de todos os outros dos últimos anos. A nossa questão aqui, que se coloca, é: o que é que é mais importante? Se são percentagens; se são dinheiros de investimento. Aqueles que consideram que é mais importante a percentagem, então têm aqui um bom motivo para andarem para a frente e para trás e andar aqui a coçar-se com esta Apresentação de Contas – se for essa a opinião. Mas, a nossa, não é essa. A nossa é que, o mais importante é o dinheiro que é investido; é aquilo que foi feito.

E, em termos do dinheiro que é investido, o povo que o sufragou, soube aquilo que estava a fazer – e sufragou muito bem este Orçamento porque, em relação (é aquilo que a gente pode comparar) a dois mil e um – que é o último ano de outra Câmara Municipal – houve só um crescimento de dois vírgula seis milhões de euros – num ano. Ou seja: houve só mais quarenta e cinco por cento de dinheiro investido em dois mil e cinco em relação a dois mil e um. Bem, em quatro anos, a inflação, poder-se-ia rondar nos dez por cento – na sua totalidade. No entanto, nós conseguimos um investimento superior em quarenta e cinco por cento. Portanto, há aqui este diferencial de trinta e cinco por cento – para quem gosta das percentagens (que a gente gostava também que falassem nessa percentagem, do dinheiro investido – de passar de cinco vírgula oito para oito vírgula quatro milhões em quatro anos; para quem gosta das percentagens, também é bom que se agarre aqui e que veja). – *Com dois vírgula cinco por ano, que é o da inflação, dava dez por cento; ainda ficou aqui um diferencial de trinta e cinco por cento a mais, ou seja, um diferencial de dois vírgula seis milhões, que é o que importa* (esta resposta foi dada a alguém que o interpelou da bancada). Em relação ao Plano Plurianual de Investimento, de ter muito rigor ou pouco rigor na sua elaboração, os nossos amigos, vizinhos aqui de Argoselo, dizem-no, com muito rigor que «mal está aquele que sabe aquilo que vai ganhar no dia seguinte» – o Plano Plurianual é a mesma coisa: muito mal está o município que sabe aquilo a que vai ter direito e que se limita só a ele no ano seguinte. Esse, muito mal está. Esse é aquilo que o empreendedor desaconselha e o nosso amigo e Deputado Municipal – que é um empreendedor, que trabalha por conta própria – sabe o que eu estou a dizer, porque é assim que se fazem os Planos Plurianuais para se conseguir obter o maior resultado possível, independentemente da sua percentagem. Quanto valeu – ou quanto valeram – as coisas. A grande diferença que fala nas Despesas de Capital e nas Despesas Correntes, um aumento de catorze por cento nas Despesas Correntes (há coisas que nós também temos de tomar decisões) é que a Câmara Municipal vai fazendo equipamentos, mas os equipamentos têm que se manter! Ou queremos fazer os equipamentos e não os mantemos e, então, não há nenhum aumento de Despesas Correntes – não tem que haver – ou, se nós fazemos os equipamentos, e se os queremos manter como é uma grande obrigação do município, têm que aumentar, obviamente, as Despesas Correntes – isto é o «ovo de Colombo»! Aqui não há volta nenhuma a dar-lhe! Está ali visto! Se a gente vai crescendo, e vai – é a Casa da Cultura; vamos tendo o complexo Desportivo; vamos tendo uma quantidade de coisas, elas vão ter que se manter – lá vem o aumento das Despesas Correntes. Isto aqui não há volta a dar-lhe. Não vejo outra forma a não ser essa. As transferências de capital para as Juntas de Freguesia – ainda víamos, quando foi aprovado este Relatório de Contas, o número de freguesias do PS que tinha recebido menos do que estava previsto, e o

número de freguesias eleitas pelo Partido Socialista que tinha recebido mais do que aquilo que estava previsto também nesta distribuição em termos de transferências de capital. Pasmese que, esta tal coutada dos eleitos do PSD, para cerca de um quarto das freguesias do PS, transferiram mais do que aquilo que estava previsto. Esta noção das coisas tem que ser, obviamente, alterada. E, é esta noção, e este acompanhamento político que nós queremos fazer. Foi um mandato – em termos de obra, e em termos de investimento – extraordinário, foi um mandato que os números absolutos – em termos de gasto – foi o superior a todos os outros. Portanto, aquilo que estamos à espera é que seja aprovado este documento”.

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra para dizer o seguinte: “Vamos começar pela explicação, se calhar com mais interesse: a questão das Juntas de Freguesia, das transferências de capital - dizer que receberam a mais? O que de facto se passou, com as juntas do PS, é que receberam menos oitenta e um mil euros no global e, isso, foi o que faltou transferir para todas ... Portanto, quem foi penalizado, única e simplesmente, foram as Juntas dos eleitos pelo PS e, comparar com dois mil e quatro, então vamos a números! Castelo Branco: recebeu dez mil euros – devia ter recebido vinte seis mil euros; Meirinhos: recebeu doze mil e quinhentos – devia ter recebido vinte mil; Paradela: recebeu treze mil (esta, já o ano anterior recebeu menos, também) – devia ter recebido à volta de quinze mil; São Martinho: recebeu dez mil – devia ter recebido à volta de vinte cinco mil; Vale da madre: recebeu seis mil – devia ter recebido doze mil; Vale de Porco: recebeu quatro mil – devia ter recebido, também, à volta dos doze mil. Portanto, não há uma única freguesia que tivesse recebido, de facto a mais. Ah! E Ventuzelo – o caso de Ventuzelo que recebeu sete mil e quinhentos – devia ter recebido à volta de dezasseis, dezassete mil euros. Portanto, não há nenhuma que recebeu a mais. Com certeza que o senhor Vereador João Henriques comparou com um mapa que tem agora – para dois mil e seis – que é só metade – esse mapa é só metade das transferências de capital – e comparou por esse prisma. Claro que aí dá mais, porque só tem distribuído metade da verba que está no orçamento. Podem ir ver, correr ano a ano, e vão verificar que, de facto, sempre se respeitou as transferências de capital para as freguesias. Sobre a questão da execução orçamental, que «não conta a percentagem», claro que a percentagem tem que contar. Mas então, também, se quisermos ser honestos, para esta subida da receita, contem, de facto, a diferença dos empréstimos a médio e a longo prazo, contraídos num mandato e noutra e, depois, vão verificar que, se calhar, esse aumento de receita é derivado, efectivamente do aumento dos empréstimos de médio e longo prazo”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou à Câmara Municipal se pretendia intervir a seguir para responder à intervenção deste último Deputado Municipal, tendo recebido resposta afirmativa.

► **CÂMARA MUNICIPAL**, novamente representada pelo Vereador João Henriques, voltou a usar da palavra para responder ao Deputado Municipal Aníbal Moreno. Disse: “Daqui a pouco, já lhe indico quais é que foram o quarto das freguesias, incluindo a de Paradela que recebeu mais do que estava previsto no ano dois mil e cinco. Agora, o engraçado, nesta pequena discussão que estamos aqui a ter, é a prisão, em termos de duzentos e tal mil euros, na totalidade, numa execução de quinze milhões de euros. Mas, pronto. Cada um agarra-se aonde pode e onde aí consegue fazer alguma coisa. Eu posso-lhe dizer que a Junta de Freguesia – e peço-vos essa visão das coisas – daquilo que estava previsto receber e que não recebeu até ao ano dois mil e cinco – a Junta de Freguesia que mais dinheiro contribuiu para a diluição de todas as outras, é a Junta de Freguesia de Mogadouro, e é eleita pelo PSD! Se os senhores querem ter rigor, então, chegam aqui e dizem assim: o PSD, a Junta que mais prejudicou até hoje é uma Junta eleita por ele próprio, que é a Junta de Freguesia de Mogadouro. Aquilo que a Junta de Freguesia de Mogadouro não recebeu no último ano é quase o equivalente à totalidade das outras Juntas de Freguesia todas, que acabaram por não receber (no mandato). Portanto, meus amigos, não há coutadas disto e coutadas daquilo – essa coutada não existe. (Não é «faz a Câmara» - nas outras também faz a Câmara! A gente quando vai fazer um saneamento numa aldeia também é a Câmara que faz; ou um arruamento, também faz a Câmara. Tudo faz a Câmara, não é? – respondia assim a alguém que interferiu da bancada). Portanto, meus amigos, em relação a isso, nós não aceitamos essas tentativas de lições porque elas não existem. Tem sido muito mais criterioso este executivo do que foram, obviamente, outros executivos. Mas, estamos para avaliar é este executivo e esta Conta, e é para isso que aqui estamos e é isso que queremos fazê-lo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** após esta intervenção, anunciou que se iria proceder de seguida à votação. -----

----- Apurados os resultados da votação, foi este documento aprovado por maioria com um voto contra do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, Cândido Francisco Fernandes, e dezasseis abstenções. -----

----- De seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo fez, verbalmente, a sua *Declaração de Voto*: -----

► **CÂNDIDO FERNANDES** declarou o seguinte: “Votei contra, e por uma simples razão: este Orçamento era em relação ao ano dois mil e cinco; como nos anteriores, durante o mandato anterior, em Ventuzelo não foi feita uma obra, e em dois mil e cinco, tão-pouco foi. Eu, a razão pela qual voto contra, porque não podia votar a favor, nem abster-me, uma vez que em Ventuzelo, durante quatro anos, não foi feita uma obra. Já o disse aqui várias vezes, e volto aqui a repetir, e quero que fique escrito o porquê de eu votar contra”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou de seguida para outro ponto da Ordem do dia: -----

-----**2. 3 *Análise e deliberação sobre* “CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR DE FINS ESPECÍFICOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ADEÇÃO”**; ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que tinha sido distribuída a respectiva comunicação mas, de qualquer das formas, dava a palavra à Câmara para poder explicitar este ponto. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse o seguinte: “Como sabem, Mogadouro pronunciou-se (praticamente por unanimidade) a favor da construção da Barragem do Baixo Sabor. Na altura, o Governo tinha dito que sim senhor mas, entretanto, entra em Bruxelas um processo de impugnação dessa decisão por parte dos ecologistas. Depois, veio este Governo – inicialmente tomou uma atitude um pouco duvidosa – agora também quer a Barragem do Sabor, só que, os ecologistas avançaram com um novo processo de impugnação. Esse processo de impugnação (a resolução de Bruxelas) só pode acontecer – não por um município individualmente, quer dizer, se o município de Mogadouro quiser impugnar essa decisão, não pode. Tem que haver uma Associação, neste caso, que abarque os municípios ribeirinhos do Sabor, isto é, Alfândega da Fé, Moncorvo, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros, que se constituem em Associação para poderem dizer: «não, meus amigos, nós recorremos da decisão de Bruxelas que diz que, por causa da ecologia, não se pode fazer a Barragem». É para isso, e a única finalidade, que tem esta Associação. Peço-lhes pois, a aprovação”. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou a seguir da palavra para dizer o que se segue: “Antes de saber se quero falar, queria saber, de facto, de que é que vou falar. Tenho aqui algumas dúvidas sobre o que é que está a ser pedido a esta Assembleia. Está a ser pedida a aprovação, ou está a ser pedida a autorização à Assembleia para quê? Para poder ser válida a deliberação adoptada pelo executivo?” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, foi ele que respondeu, dizendo o seguinte: “Quando o senhor Presidente da Câmara estava a falar, o senhor estava a ler – não ouviu”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** respondeu que ouviu. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** continuou o diálogo dizendo que aquele Deputado não tinha ouvido atentamente, continuando este a afirmar que tinha ouvido. E continuou dizendo: “O que está a ser pedido é o que aqui está, que é a constituição da Sociedade de Municípios do Baixo Sabor, isto é, nós temos de autorizar a Câmara a constituir uma Associação com as outras associadas que é Moncorvo... todas estas associadas que são banhadas pelo rio Sabor. Portanto, a Câmara, por si só, não pode constituir-se em

Associação sem autorização da Assembleia. Portanto, nós, aqui, é só para darmos autorização à Câmara”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** continuou, dizendo: “Se eu bem percebi, então, os estatutos estão aprovados!? ... Os Estatutos estão aprovados? É nisso que está a minha dúvida! É que, diz-se aqui, na acta da reunião do executivo: «foi deliberado por unanimidade solicitar autorização à Assembleia Municipal (solicitar autorização à Assembleia Municipal)»; partindo do princípio, que é o que diz o parágrafo anterior, que «o executivo deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada, bem como os Estatutos que irão reger a referida Associação». Portanto, os Estatutos, embora tenham sido distribuídos – acto que se agradece – mas eu gostaria de saber se agradeço, enfim, um simples motivo de deferência, ou se agradeço a recepção dos Estatutos porque os Estatutos vão ser objecto de análise por esta Assembleia – eu não sei”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que era as duas coisas. --

► **ILÍDIO MARTINS** interrogou: “as duas coisas?”. Tendo obtido resposta afirmativa por parte do Presidente da Assembleia, disse: “Pronto, muito obrigado. É que, neste caso, assim já estou mais à vontade. Eu considero que os Estatutos têm uma série de lacunas e erros técnicos, para além de poderem, no próprio artigo terceiro – o projecto dos Estatutos – diz em aberto (eu quase entendo que isto deveria chamar-se um projecto de Estatutos e não Estatutos) – e no próprio artigo terceiro, deixa aqui uma série de alíneas em aberto – penso que poderá ser acrescentado. Penso também que há aqui uma série de erros nas designações, e algumas omissões que não permitirão a eleição dos membros dos órgãos da referida associação, quer no conselho directivo, quer na Assembleia Intermunicipal. De qualquer dos casos, penso também que será fastidioso estar aqui a chatear toda a gente com esta questão – se a Mesa aceitar – eu far-lhe-ia chegar com muito gosto, por escrito, se assim o entender, as sugestões que tenho a fazer e eliminamos aqui uma série de tempo que pode ser útil para outras questões”. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que, se fossem elementos de ajuda, ele não se opunha – ninguém se opunha. -----

► **ILÍDIO MARTINS** continuou, e disse que já ali tinha umas quantas sugestões para fazer; se entendessem que as deveria fazer ali, verbalmente, estava ali para isso; se entendessem, por uma questão de economia de tempo, as devesse fazer, chegando directamente à Mesa, e se o senhor Presidente da Mesa assim o entendesse, com muito gosto o faria, no espírito de colaboração que queria manter. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio de seguida, fazendo a leitura da alínea l) do número dois do artigo dezoito do Regimento da Assembleia, que diz assim: -----

----- *«Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com entidades públicas,*

privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal, que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos Municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação». Portanto, isto vem na base de vir contemplado no ponto três que a Assembleia, para se poder constituir a Associação (deixou de existir registo magnético a partir desta parte)”. -----

----- De seguida, deu a palavra ao Deputado Municipal que se segue: -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** disse que queria apelar ao dever de imparcialidade do senhor Presidente da Mesa, pois já não era a primeira vez que emitia juízos de valor sobre tomadas de posição ou sobre estados de alma dos Deputados. E continuou: “Ainda agora, fez referência ao facto de o meu amigo, Doutor Lila, estar distraído. Isso é lá com ele!” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu que o Presidente da Mesa não pode estar cego e calado. -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para usar o seu direito de resposta. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA**, já no uso da palavra, disse, dirigindo-se ao Deputado Municipal Ilídio Martins: “Constituiu-se uma Associação – os quatro constituímos uma Associação; para fazer parte dela, temos de ter uma autorização – é desta Assembleia. Os Estatutos decorrem dessa situação. Tudo quanto tens aí pode ser integrado nos Estatutos, se assim o entendermos os quatro. (Nesta altura, estabeleceu-se diálogo entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Deputado Municipal Ilídio Martins que não é possível reproduzir). Os próprios Estatutos não são; são feitos à posteriori e revistos à posteriori – é esta a diferença. Isso é um projecto de Estatutos! Como projecto de Estatutos, para dizer assim: sim senhor, a nossa Associação é, mais ou menos, isto. – Posso entrar? – Pode sim senhor! Então, agora, vamos fazer os Estatutos por todos. É só isto!” -----

► **ILÍDIO MARTINS** voltou à tribuna para dizer o seguinte: “O que aqui é dito não é isso, é por isso que eu ... há aqui alguma discrepância. O que é dito aqui, na Certidão extraída da Acta do executivo, e que se falou, é aqui dito o seguinte: «Apresento para análise e aprovação os termos em que é constituída a Associação». Portanto, isto dá-me a ideia de que é um documento já com carácter fixo, que já não está sujeito a discussão – que é o que aqui diz. É fundamental que o senhor Presidente e o senhor Vice-Presidente ouçam: a Certidão diz o seguinte: «Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, bem como os Estatutos que irão reger a referida Associação». Portanto, não fala em projecto de Estatutos, fala já com carácter definitivo e fixo, de Estatutos que irão reger a Associação – a coisa é diferente! Ora, se os Estatutos já estão fixos em ir reger a Associação, já não estão sujeitos a nenhuma deliberação nem a qualquer sugestão! Há aqui, nos termos propostos na Certi-

dão, e na Convocatória, alguma contradição desinformadora e é por isso que eu levanto o problema, não é por mais nada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** atalhou, dizendo: “A questão é simples; às vezes, nós é que a queremos complicar. Nós, temos que nos cingir aqui, exactamente ao que nos pede o dois três: «Análise e deliberação sobre “CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR...” e por aqui afora. Portanto, a Associação, para existir, nos termos do nosso Regimento – que eu li há um bocadinho – da alínea l), nós temos que autorizar o município. A questão que o senhor Deputado coloca, relativamente aos Estatutos, não consta aqui na nossa Ordem de Trabalhos; constou numa deliberação da Câmara Municipal que vem aqui, até, apenas para nós tomarmos conhecimento do que se passou na Câmara Municipal. Nós, a partir do momento que (eu, se virmos que, realmente, estas coisas não estão esclarecidas – eu gosto de esclarecimento e não quero que ninguém fique com dúvidas!) A nós, compete-nos autorizar a Câmara a constituir a Associação, e ponto final! E ponto final! Senão, tenho que pedir à Assembleia que se pronuncie sobre isto, e eu não queria! Quer que continue com as suas dúvidas? É que estamos a misturar aqui deliberação da Câmara com a deliberação da Assembleia. A nós interessa-nos produzir aqui uma deliberação da Assembleia – que é autorizar a Câmara, nos termos do Regimento, a constituir a Associação. Poderá sempre pôr em causa, e pedir à Câmara que lhe forneça os Estatutos que foram depois aprovados na Associação, aqui nem sequer está ainda constituída”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** respondeu que se estava a limitar a pôr ali em causa a não clareza e a contradição que havia entre dois documentos: um, que era uma convocatória da Assembleia Municipal e outro que é uma Certidão extraída de uma acta de uma reunião do executivo. E continuou: “Não há clareza entre estes dois documentos; há alguma contradição porque, numa, fala-se em Estatutos que a irão reger – o que significa que está o assunto arrumado; e outro, pedem a aprovação para a constituição de uma Associação – é evidente que, se a Associação não existe, não tem Estatutos mas, os Estatutos são prévios à existência da Associação, quando se vai fazer a escritura tem de se levar os Estatutos. Penso eu que é assim; é assim a metodologia. Portanto, há contradição, e isso impede-me um bocado de eu saber o que é que vou fazer. Se já há Estatutos – calo-me; se há Projecto de Estatutos – falo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** respondeu: “O senhor Deputado votará em conformidade”. -----

----- A seguir disse: “Meus senhores, nós temos aqui o ponto dois três; temos a lei à nossa frente. Aquilo que a Mesa pede à Assembleia é autorização para a constituição da Associação de Municípios do Baixo Sabor. Também devo dizer que, pedidos de autorização desta natureza já apareceram cá dezenas deles. E também eram precedidos de Estatutos. Portanto, eu

agradeço ao senhor Deputado, que está mais habituado nestas lides estatutárias a levantar essa questão, mas penso que, estar a complicá-la não vamos a lado nenhum. Por isso, aquilo que me diz a alínea l) e aquilo que a Mesa pede é precisamente a constituição da Associação de Municípios do Baixo Sabor”. -----

----- De seguida, pôs à votação o documento em apreço, tendo o mesmo ficado aprovado por maioria com uma abstenção e nenhum voto contra. ----

----- De seguida, o Presidente da Mesa disse que, ao que parecia, estava-se em condições de se prosseguir ainda com os trabalhos, para demorar pouco – e que só demorava quem queria, disse. -----

----- Anunciou de seguida o ponto que se seguia na Ordem do Dia: -----

----- **2. 4 Ratificação da “COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”**: -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “A explicação que é devida neste ponto prende-se com o ponto seguinte. Portanto, se os senhores Deputados Municipais não vissem inconveniente que da apresentação deste ponto já se falasse do ponto seguinte – porque tem a ver – e depois, se a Mesa assim o entendesse, os pudessem votar separadamente, ou doutra forma – como entendam – porque uma prende-se, efectivamente, com a outra. Deixai-me dizer o porquê de aparecer aqui a ratificação do Conselho Municipal de Educação. Por um motivo: advém, da reunião que tivemos na DREN, correspondente à última sessão aqui da Assembleia Municipal – que tivemos que nos ausentar e que estivemos nessa reunião na DREN – e na não homologação de nenhuma das Cartas Educativas de todos os municípios, que nenhuma delas estava homologada. Portanto, aquilo que a DREN nos diz é que, as Cartas Educativas e os Projectos de Execução de Obra vão ser apreciados segundo a ordem de entrada na DREN, ou seja: a primeira Carta Educativa, juntamente com o primeiro projecto de Obra que entre na DREN, é o primeiro a ser apreciado – porque vai ser numerado – e obviamente, é o primeiro a ter melhores condições para poder ser financiado também. Portanto, a partir do momento em que viemos da DREN, houve necessidade de começar imediatamente a trabalhar na Carta Educativa. Ora bem: o Conselho Municipal de Educação tem, efectivamente, a validade de um mandato autárquico, se bem que, a maior parte dos cargos, nenhum deles seja indicado pela Assembleia Municipal – são indicados pelas instituições que a Assembleia Municipal, já em seu tempo indicou, que devem fazer parte do Conselho Municipal de Educação. Portanto, estas instituições mandaram o seu nome, a dizer quais é que são os titulares que vêm a pertencer a este Conselho Municipal de Educação; a Câmara Municipal aprovou e teve que – este Conselho Municipal de Educação – já se pronunciar sobre a Carta Educati-

va – a nova Carta Educativa – que ia seguir, vem aqui a discussão. Por isso, só faz sentido trazer aqui à Assembleia Municipal a ratificação daquela nomeação para nos dar a possibilidade de a apresentar atempadamente e de podermos ser o primeiro município a apresentar a Carta Educativa na DREN para podermos conseguir, então, a execução de todo o projecto que temos. É esta colaboração que a Câmara aqui vem solicitar a esta Assembleia Municipal, neste ponto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para debater este ponto. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou de seguida da palavra, e disse: “A mim, a dúvida que se me coloca, é a Assembleia ratificar aquilo que não aprovou. Isto, de facto, passa-se com a Câmara Municipal quando, por necessidades urgentes, o Presidente ou os seus Vereadores, tomam decisões que depois, à posteriori, vão ratificar no Plenário da Câmara. No caso concreto, ser a Assembleia a ratificar aquilo que ainda não aprovou, tenho as minhas dúvidas da legalidade deste acto. Eu acho que, o correcto, deve ser a aprovação do Conselho Municipal de Educação – é o que eu penso”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, mais uma vez representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Senhor Presidente, o Deputado Aníbal Moreno, tem razão no que está a dizer – completa! Não vale a pena a gente estar aqui a «tapar o sol com a peneira». A questão é que, a urgência que temos que ter da Carta Educativa e a questão é que, se só vamos hoje aprovar o conselho Municipal de Educação, o acto que teve de aprovar a Carta Educativa, não teve validade – a questão é só esta! Portanto, ou nós arranjamos uma forma de querer ultrapassar isto, para sermos os primeiros a entregar a Carta, ou não arranjamos, e sujeitamo-nos ao resto! Esta, pareceu-me ser – está cheio de razão Aníbal, era, e deve ser essa a visão das coisas – agora, esta, parece-nos ser a única forma de resolver as coisas – ratificando a decisão da Câmara Municipal, o que quer dizer que o Conselho Municipal de Educação, quando aprovou a Carta Educativa, já tinha poderes para o fazer, e por isso, aqui tratada porque, senão for assim, só em Setembro é que a vamos aprovar e o Centro Escolar, podemos dizer-lhe adeus. Está nas vossas mãos; os senhores são unânimes nisso!” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs de seguida este documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com seis abstenções e nenhum voto contra. -----

----- Passou-se depois ao ponto que se seguia na Ordem do Dia: -----

----- **2. 5 Análise e deliberação sobre “CARTA EDUCATIVA DO CONSELHO DE MOGADOURO”;** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à Câmara para fazer a apresentação do ponto em apreço. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Tendo sido aprovada, então, aquela ratificação, que não me deixa de

surpreender com o voto de abstenção de alguns professores – que eu esperaria que fossem os mais acérrimos defensores para que isto andasse para a frente – (*qual era o outro que propõe* – perguntou para alguém que o interrompeu da bancada – *que é para eu saber; se propuser outro melhor eu agradeço-lhe. Estamos aqui prontos para o receber.*) A Carta Educativa aparece, nas mesmas circunstâncias, no seguimento que foi feito dessa reunião. A necessidade urgente de ratificar e de alterar a Carta Educativa, porque há uma alteração básica na filosofia deste tipo de equipamentos e, a alteração passa por o deixar de existir no mesmo edifício o Jardim de Infância, o Primeiro Ciclo e o Segundo Ciclo, ou Preparatório, para passar a haver, só no mesmo edifício, Jardim de Infância e Primeiro ciclo – dita Escola Primária – sendo que, só desta forma é que nos permitem a apresentação da candidatura para o Centro Escolar. Nesse sentido, tudo o que é alterado nesta Carta Educativa, foi aprovado por unanimidade no Conselho Municipal de Educação e que foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, aponta essencialmente o quê? – Toda a filosofia do resto se mantém, alterando a escola – que passa a ser uma escola Jardim de Infância mais Primeiro Ciclo, a construir em Mogadouro. E tem, na primeira parte da Carta, todas as previsões – como a Carta tem uma validade de cinco anos – tem todas as previsões para um universo até dois mil e onze. Portanto, teve de ter esta alteração para ela agora poder ser alterada. Inicialmente, a DREN disse-nos que bastaria que a Carta Educativa tivesse sido aprovada em Conselho Municipal de Educação, e na Câmara Municipal, para poderemos apresentá-la na DREN. Nós entendemos que também devemos apresentá-la aqui na Assembleia Municipal para lhe dar muito mais força, nem que depois tenha que vir para fazer algum tipo de alteração e que nós a tenhamos que votar outra vez. Entendemos que deve ser esta a metodologia para não deixarmos nada fora que nos possa prejudicar de fazer o Centro Escolar e de fazer o resto do que temos que fazer, para bem das crianças. Se tiverem alguma dúvida acerca da Carta Educativa, façam o favor”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida que se iria proceder ao período de intervenções sobre este assunto, declarando de seguida abertas as inscrições. -----

----- Dado o adiantado da hora, alguém da bancada sugeria que se interrompessem os trabalhos para almoço, recomeçando os mesmos da parte da tarde. Era opinião do Presidente da Mesa que, fazendo um esforço, os trabalhos poderiam estar concluídos por volta das catorze horas. Contudo, propôs-se colocar a questão à Assembleia para que decidisse. Mas acrescentou que, o que diz o Regimento, é que a Mesa decide em função da situação – não diz para parar ao meio dia, nem para começar às duas, disse. Porém, sempre perguntou à Assembleia se achava conveniente que se fizesse um intervalo para Período de Almoço uma vez que havia ainda uma série de intervenções a fazer e os assuntos ainda não se tinham esgotado. ---

----- Sobre esta questão, pronunciou-se o Deputado Municipal Vítor Batista, dizendo que, em sua opinião, não se importava de ficar ali a discutir o documento em apreço, que considera muito importante. Por outro lado, também não queria que se sentisse que havia alguma pressa em se discutir aquele documento. Da parte dele, também poderia fazer um esforço de ficar até mais tarde; se se verificasse alguma contestação, seria melhor irem almoçar e discutir depois este ponto. -----

----- Ficou então decidido que se faria um intervalo para almoço, recomeçando os trabalhos às catorze horas e trinta minutos. -----

----- Eram treze horas quando se deram por encerrados os trabalhos do primeiro período desta sessão. -----

II PARTE

----- Às catorze horas e trinta minutos, foi de novo reaberta a Sessão, tendo-se procedido primeiramente à chamada para verificação da existência de quórum. -----

----- Feita a chamada, verificaram-se as mesmas presenças e ausências que no período da manhã. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** após verificar haver quórum para prosseguir os trabalhos, informou a Assembleia que o senhor Presidente da Câmara, devido a compromissos anteriormente assumidos, e por motivos de trabalho, não lhe era possível estar presente da parte da tarde, pelo que delegou nos senhores Vereadores a continuação dos trabalhos. -----

----- Anunciou de seguida a continuação dos trabalhos com a análise e deliberação do ponto que tinha ficado em aberto: -----

----- **2. 5 Análise e deliberação sobre “CARTA EDUCATIVA DO CONSELHO DE MOGADOURO”;** -----

----- De seguida, seguindo a ordem das inscrições, deu a palavra aos diversos intervenientes pela ordem que se segue: -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** já no uso da palavra, desejou que todos tivessem tido um bom almoço, e continuou: “Antes de abordar o assunto *Carta Educativa* gostaria de aceitar o repto lançado pelo senhor Vereador João Henriques acerca da referência que fez sobre a sua admiração pelo facto de algumas pessoas, alguns Deputados, nomeadamente Deputados professores se terem absterido na votação do *Conselho Municipal*. Eu, na qualidade de Deputado Municipal, abstive-me – não na qualidade de professor, mas na qualidade de Deputado Municipal. Abstive-me mas, confesso que a minha vontade era votar contra. Explico porquê, em duas palavras, muito rapidamente: – há muitas razões, obviamente (**Aqui, foi interrompido pelo Presidente da Assembleia que o alertou de que estava a fugir da questão**) – só para explicar o porquê da abstenção – respondeu. E continuou: “Bom, porque me recuso a participar em meros actos formais na construção de Órgãos que não funcionam. Não funcionam, não pela vontade de não fun-

cionarmos, mas pela sua própria constituição. Eu sei que é de lei, que é da lei geral, a constituição do conselho Municipal de Educação, de Mogadouro, neste caso. Mas, basta olhar para o rol de instituições que lá estão para perceber que não funciona. Eu gostava muito que o conselho Municipal de Educação fosse constituído por Mogadourenses que estão preocupados com a educação do concelho e conhecem a educação do concelho. Infelizmente, não é assim! Sim, é neste e nos outros e é por isso que eu me abster. -----
----- Carta Educativa – eu vou dizer algo sobre isto; arrisco a levar um «arraial» de porrada de alguns colegas meus, mas vou dizer aquilo que penso. E, para provar que a oposição não está sempre contra, não faz apenas crítica negativa, regresso a esta tribuna para felicitar e dar os parabéns à equipa que desenvolveu todo o trabalho de investigação que havia de culminar no excelente documento que é a Carta Educativa do Conselho Municipal de Mogadouro. Estamos em presença de um óptimo documento prospectivo que pode e deve servir de base a uma boa tomada de decisão – é a Câmara a quem compete tomar a melhor decisão. Estamos perante um verdadeiro plano estratégico. Pena é que, este documento, chegue a esta Câmara, a esta Assembleia, quando tudo está já quase decidido; pena é que a Assembleia se limite, mais uma vez, a deliberar sobre um documento – neste caso a Carta Educativa – a deliberar sobre o documento final, e não tivesse tido a oportunidade de apreciar documentos intercalares e tivesse também contribuído para a elaboração do documento final; pena é, ainda, que a Câmara Municipal de Mogadouro não possua planos estratégicos para outros sectores, inclusive, um plano estratégico global para o desenvolvimento do concelho. Se existirem, dou a mão à palmatória e penitencio-me pela minha ignorância. Aliás, ao ler a Acta da segunda sessão ordinária, tomei conhecimento da intenção da Câmara em elaborar o Plano Estratégico Desportivo para o Concelho de Mogadouro – fico contente por isso; venham outros. A propósito de Carta Educativa, não posso deixar passar em claro a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a reorganização da rede escolar. Li e reli essa Moção e confesso que não percebi. Não percebi o seu conteúdo e não percebi a sua oportunidade. Relativamente à oportunidade, julgo que a apresentação de tal Moção foi extemporânea porque foi apresentada antes desta Câmara ter conhecimento da Carta Educativa. Relativamente ao seu conteúdo, sou de opinião que esse conteúdo, por um lado, é contraditório com a própria Carta Educativa Municipal; por outro lado, o Grupo Parlamentar do PSD ainda não se decidiu se deve estar a favor ou contra a reorganização da rede escolar neste concelho, que é o nosso. Sem qualquer ofensa, apetece-me dizer que é como a conta do outro: o Grupo Parlamentar do PSD está com um olho no burro e outro no cigano. Ou seja: são contra o encerramento das escolas se conseguirem fazer passar para a opinião pública que o ónus de tal decisão é do Governo; mas são a favor da criação de Pólos Escolares se desta decisão

conseguirem tirar dividendos políticos. De uma vez por todas, meus caros amigos, é bom que assumam uma posição clara e inequívoca, sem qualquer margem para dúvidas. Sobre esta matéria, eu diria o seguinte: ninguém encerra escolas – o Governo não encerra as escolas; a Câmara não encerra as escolas; a maioria não é a favor do encerramento das escolas rurais; a oposição também não é a favor do encerramento das escolas rurais e, infelizmente, as escolas encerram-se a si próprias. Mas, depois de tudo isto, todos somos, penso eu, a favor da reorganização da rede escolar do nosso concelho”. -----

► **EUGÉNIA CABANAL** usou a seguir da palavra dizendo querer falar primeiro quanto à sua abstenção na votação sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação, e disse: -----

----- *“Quando à minha abstenção na votação sobre a constituição do Concelho Municipal de Educação, não foi por não concordar, mas sim por uma questão de legalidade”*. -----

----- Com respeito à Carta Educativa, tinha para dizer o seguinte: -----

----- *“A educação é um dos pilares essenciais da formação individual e colectiva duma sociedade. É o que, em primeiro lugar, contribui para o desenvolvimento de um concelho ou de um país.* -----

----- *A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento fundamental de planeamento e ordenamento da rede escolar de ofertas de educação e ensino, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos.* -----

----- *Considero que a Carta Educativa pode ser um ponto de partida para a melhoria da educação.* -----

----- *É preciso que o nosso concelho tenha boas condições para a educação, para também passarmos a ser mais competitivos.* -----

----- *É que, uma boa escola, pode criar uma boa comunidade, assim como o contrário.* -----

► **MANUEL ANTÓNIO PRETO** usou a seguir da palavra para dizer que o que ali o trazia era a Carta Educativa porque nela consta que os alunos de Tó terão que ir para Bemposta, estando os pais contra esta decisão. Acrescentou que os pais são de opinião que os respectivos filhos venham para Mogadouro, onde já andam outros, até por uma questão de acompanhamento. A seguir, declarou que iria votar contra a Carta Educativa. Por fim, desejou uma Boa Páscoa para todos. -----

► **ALBINO RODRIGUES** foi o orador que se seguiu, começando por dizer ser muito rápida a sua intervenção e que se revia completamente nalgumas afirmações que o Deputado Tibério disse e também nalgumas afirmações que a Deputada Cabanal ali afirmara. Disse ainda ter vindo disposto a votar a favor na Ratificação da Composição do Conselho Municipal mas, *in loco*, constatou que havia ilegalidade, tal como o senhor Vereador tinha acabado por dizer e daí a sua abstenção. E continuou: “Sou professor! Quanto à Carta Educativa, também não estou só para criticar; mau é que

não haja documentos destes nos vários sectores para o concelho de Mogadouro, desde o Turismo, desde a agricultura, desde a educação (que já temos) – mau é que não haja isto”. -----

► **VÍTOR BATISTA** foi o orador que seguiu e disse: “Estamos então aqui a debater a questão da Carta Educativa. Como é sabido, a Carta Educativa é um processo que já vem, de há três anos a esta parte, a ser trabalhada. A Carta Educativa, se não me engano, pelo menos, há dois anos, já estava na fase final. Portanto, encontrava-se na sua versão final um documento que foi concebido por uma equipa técnica e que foi ajustado por uma sucessiva e uma série de reuniões que decorreram em sede de Conselho Municipal de Educação. Foi trabalhada, foi ajustada, e terminou numa versão final que foi enviada para a DREN – ele estava concluído há mais de dois anos; era o primeiro concelho, até, que tinha um documento na fase final e, posso garantir hoje que é o único que está nesta fase e – posso adiantar mais – que há concelhos que ainda nem têm constituído o Conselho Municipal de Educação. Portanto, aqui há que notar que, realmente, já foi reconhecido que esta autarquia tomou como paixão a educação, realmente, e não só foi de boca, foi realmente a sua paixão – uma das paixões foi a educação. E, portanto, nesse aspecto, a Carta estava trabalhada e foi trabalhada em sede própria – que é o Conselho Municipal de Educação, que tem que elaborar esse documento; não é a Câmara, não é ninguém. A Câmara apenas coordena e operacionaliza um Conselho Municipal – foi representada, foi trabalhada com todos os sectores. E estava na sua versão final; e estava na DREN para ser homologada, ou para fazer algumas considerações para descer novamente a Conselho Municipal de Educação para se fazer os devidos ajustes. Entretanto, como já foi aqui dito, nós, durante este mandato, sofremos alterações governamentais – tivemos quatro Governos. É lógico que, normalmente, quando entra outro Governo as políticas do anterior, normalmente, não servem! Não sei porquê – se calhar também é um mal da nossa sociedade – normalmente, o que vem de trás nunca é bom – mas, o facto é que, este documento foi assente nas políticas de educação que na altura orientavam a educação e nalguns documentos que já tinham sido produzidos, um dos quais era a reforma do ensino secundário (que hoje está em vigor) – por isso a Carta Educativa dotava e contemplava as infra-estruturas para o apoio técnico-profissional que estava previsto na reforma do secundário, e contemplava também um com estruturas integradas que estavam a ser trabalhadas através do processo que estava a desenvolver da nova lei de bases – processo que eu acho que foi suspenso porque, pelo menos a lei de bases não está a ser trabalhada – mas havia todo um conjunto de orientações de políticas educativas que estavam subjacentes neste documento, por isso é que eu já disse que era a parte componente técnico-profissional que era previsto já pela reforma do secundário e era, por exemplo, as estruturas integradas, de seis anos – que os alunos que se en-

tendia que se deviam fazer – e depois passavam para outras estruturas de seis anos. Por isso é que contemplava desde o Pré até ao segundo ano – até ao Segundo Ciclo, desculpem – e, depois, entrava noutra percurso de seis anos, do Terceiro Ciclo até ao Secundário. E, previa estruturas integradas de Pré, Primeiro e Segundo. Entretanto, mudaram os responsáveis políticos, mudaram as políticas e entenderam que as estruturas não deviam ser do Pré ao Segundo Ciclo, mas do Pré ao Primeiro Ciclo. Então, este documento já estava feito; não foi nada mais do que – a Carta Educativa já estava produzida e este documento teve que descer novamente e ser reformulado de acordo com as novas políticas apenas numa coisa – não era a Carta Educativa – era a reestruturação, ou adequação de uma estrutura para a nova política, ou seja: se previa uma estrutura integrada do Pré até ao Segundo Ciclo, agora tem que prever até ao Primeiro Ciclo. Portanto, a Carta Educativa não é nada de novo! A Carta Educativa não foi produzida já neste mandato! A Carta Educativa já estava produzida e já estava na sua versão final; apenas teve que levar uns ajustamentos às novas orientações políticas. Agora, o que é que acontece? Os conselhos Municipais têm os seus ciclos e tem que haver novas constituições. O problema é que coincidiu – o Conselho Municipal já existia, só que terminou o seu mandato, portanto, teve que se constituir nova equipa, mas o documento já estava definido; a rede já estava definida. Portanto, o que aqui altera neste documento, não é nada, a não ser algumas prospecções mais a longo prazo e uma estruturação de um edifício porque, todo o desenho da Carta Educativa se mantém. É neste sentido – e porque é que acho que é pertinente, e esta situação – e, nós aqui, em política, acho que este Órgão é para fazer política e devemos fazer política nas coisas que interessam. E nós, no passado, tivemos situações que estivemos ao lado da autarquia em ilegalidades, mesmo (e posso dizer, em ilegalidades!). Ilegalidades que não são proveitos próprios – é lógico – mas, quer o executivo, quer a Assembleia, assumiu estar ao lado da autarquia e ultrapassar determinado problema que também eram feridos, se calhar, de ilegalidade. Aqui não há nenhuma ilegalidade! Aqui há: ou a oportunidade – que estamos a querer proporcionar à autarquia – sermos os primeiros a apresentar uma Carta Educativa, para sermos os primeiros a ter oportunidade dela vir a financiar uma estrutura que é tão desejada. -----
----- Só queria prologar mais um bocadinho porque foi levantada aqui uma questão de quanto era a posição do PSD: o PSD é a favor de um reordenamento escolar. Esse reordenamento, nós sabemos que é inevitável que passe certamente pelo encerramento de algumas escolas. Isso é, portanto, a nossa posição; nós concordamos, o PSD concorda com o reordenamento conciso, com a dotação de infra-estruturas capazes de acolher e minimizar os efeitos negativos que tem qualquer reestruturação. O que nós estamos contra (nesta altura o Presidente da Mesa da Assembleia interveio para chamar a atenção de que não podia haver interrupção do orador) – a Moção é do Grupo

Parlamentar – o que nós estávamos contra é que, esta reorganização que estavam a fazer - não era reorganização, era concentração – estavam a pôr em causa o que estava desenhado na Carta Educativa – que era a construção dum Pólo e, estas estruturas, que serviam para o apoio técnico-profissional estavam inviabilizadas. Portanto, nós estamos contra a forma que estava a ser feita, mas somos a favor do que está desenhado na Carta Educativa – em todos os seus pressupostos. Portanto, este documento acho que merece ser aprovado; acho que a autarquia está de parabéns porque é pioneira e, certamente que «candeia que vai à frente, alumia duas vezes»”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio nesta altura para lembrar que neste período de intervenção os intervenientes não esgotassem os cinco minutos a que tinham direito. De seguida, deu a palavra à Deputada Municipal que se segue: -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** já no uso da palavra, disse: “Antes de falar na Carta Educativa, queria só dar aqui um pequeno esclarecimento que me foi pedido pelo senhor Presidente – que neste momento não está, mas está o senhor presidente em funções. A propósito da reabilitação das escolas no meio rural. Vou falar no nosso país e vou falar em outros dois países: um do lado de cá do Atlântico e outro do lado de lá do Atlântico. No nosso país indico-lhe o Doutor Abílio Amiguinho (eu, estava para não fazer este esclarecimento porque, como se passou tanto tempo, pensava eu que tivessem tido a curiosidade de ir à Internet – como temos o mundo à distância de um dedo – e carregar no botão e informarem-se destas coisas). Portanto, temos o Doutor Abílio Amiguinho, professor da ESE de Portalegre, que é o Coordenador do Projecto das Escolas Rurais do Nordeste Alentejano. É interessante a opinião dele e os estudos que ele tem feito; em França, temos o professor Yves Jean, professor da Universidade de Tours, que defende também, e que tem feito estudos nesse sentido; o Canadá também está a desenvolver uma política de reabilitação das escolas no meio rural. Portanto, não foi invenção minha; não disse aqui nada de mais que qualquer uma das pessoas possa confirmar na própria casa. -----

----- A propósito da Carta Educativa – reforçando aquilo que já disseram os elementos da nossa bancada; é um bom documento técnico (é verdade) – técnico e legal; faz um levantamento exaustivo e é uma boa compilação de dados de fácil aquisição, embora de trabalhoso tratamento. Isto, dos recenseamentos, qualquer Junta de Freguesia fornece; os dados dos miúdos também os fornece o Agrupamento, portanto, será trabalhoso no sentido de fazer o seu tratamento. Mas, não deixa de ser – e continuo a dizê-lo – a machadada final nas nossas aldeias do concelho. Penso que foi um documento feito no segredo dos deuses. Ainda, na reunião do Conselho Pedagógico, que foi, penso eu - ou na Assembleia de Escola - que foi, penso eu, quinta-feira (faz hoje oito dias), os representantes do Primeiro Ciclo e Segundo Ciclo – os pais – queixaram-se e apresentaram o seu descontentamento.

tamento da falta de informação e eu respondi-lhe que a forma de informação não foi só para eles mas também para os professores porque, a nossa representante no Conselho Municipal de Educação, nunca nos informou, nem nunca sentiu necessidade de nos ouvir, nem de nos reunir e de pôr a par do que se estava a passar. Não sei até que ponto o conselho Municipal de Educação funcionou. Lamento que os dois elementos que faziam parte do Conselho Municipal de Educação não estejam aqui presentes, mas tenho que dizer hoje isto. Os pais apresentam as mesmas queixas, portanto não sei onde esteve a falha. Sei que a representante actual do Conselho Municipal de Educação – que está lá há um mês e pouco – já nos reuniu, também a propósito de uma decisão que iam a tomar para a Carta Educativa, ou seja, de Bemposta passar a ser uma escola de acolhimento – porque não era, até ali (aliás, o senhor Presidente da Junta de Tó já veio aqui referir a opinião dele – que até ali não era, de facto – era só para Bemposta) – a informação que temos da nossa colega, que nos representa no Conselho Municipal de Educação, foi essa. Tanto que, na Escola EB um, fizemos uma votação a ver qual era a nossa opinião e até lhe posso dizer o resultado: estávamos trinta e uma colegas e votaram vinte e uma colegas a favor (não estou a inventar nada). As equipas formadas, também, se de facto, são formadas por técnicos, lamento, pelo menos, que não tenham sequer convidado um professor – daí ter resultado um documento essencialmente técnico. É muito esclarecedor, de facto, a nível do betão armado, e de contas, mas revela algumas falhas. Por exemplo: não refere onde hão-de ser fornecidas as refeições às crianças do Primeiro Ciclo. Eu não quero pensar que estejam a pensar levar os nossos meninos, ao frio, ao vento e à chuva, à cantina existente, uma vez que não apresenta qualquer condição para os níveis etários das nossas crianças! Também não aponta estratégias para o combate ao analfabetismo, embora refira a existência de uma taxa de vinte por cento – que é muito elevada, no nosso concelho – não aponta estratégias para isso! Ora, nós sabemos que há muitos anos já, houve cursos pelas aldeias, de alfabetização de adultos e que até tinham muita gente interessada. Dou os parabéns à tentativa da implementação do ensino técnico-profissional – que já devia ter sido (já ontem era tarde, como se costuma dizer). **(Houve aqui mudança de fita magnética, pelo que não é possível saber se se perdeu alguma informação)** Posso estar induzida em erro, o que significa que eu estou convencida, e eu própria desejo estar enganada, que não vai haver grandes condições dignas para os meninos. Mas, também não está aqui o senhor Presidente, mas quero-lhe agradecer, e chamar a atenção, que fiquei satisfeita, para a página cento e dois, da acta anterior, que, na intervenção que o senhor Presidente fez, que se compromete à construção do edifício, de raiz, quer seja financiado ou não. Isso já é bom, esta promessa. Já nos dá mais garantias que iremos ter Pólo. E, eu, concordo plenamente com isso porque, assim, já não será preciso subtrair os cinco centímetros à Ota, para termos o

Pólo – aliás, nós também temos cá uma Ota, ou várias. E pronto, acho que não tenho mais nada a dizer. Não vou votar a favor este documento; também não vou votar contra – vou-me abster”. -----

► **ANÍBAL MORENO** foi o orador que se seguiu e disse: “Em primeiro lugar, tenho que lamentar – embora o senhor Presidente não esteja presente – e tenho que lamentar, de facto, não estar presente – e não só por esta Assembleia – é que, desde o início do mandato não respeitou esta Assembleia estando presente, uma única assembleia, a tempo inteiro, na primeira não esteve presente; na segunda esteve meia; na terceira, meio tempo também. Portanto, é de lamentar. Gostaria que ele estivesse aqui presente para lho transmitir mas, ficará para a próxima assembleia para lhe transmitir este recado porque, de facto, acho que a Assembleia Municipal merecia mais respeito da parte da presidência, ou então, começará a dar-nos algumas indicações de que não pretenderá, com certeza completar o seu mandato mas, enfim, estaremos para ver. Quanto à Carta Educativa, como já se disse, um documento com algum trabalho – que é de louvar, esse trabalho (já na altura em que eu fazia parte do executivo que exprimi esta opinião, que há ali bastante trabalho feito) – mas, de qualquer forma, poderia estar melhor. E, neste caso concreto, que já foi aqui aflorado pela Antónia, o caso da alimentação das crianças, esta Carta Educativa não o acautela. Quer no Pólo de Bemposta, quer no Pólo de Castro Vicente, nada é dito, não é feita qualquer referência sobre a alimentação das crianças, isto é, sobre, pelo menos, as crianças terem que receber uma refeição por dia, e isso não é referido, quer no Pólo de Bemposta, quer no Pólo de Castro Vicente. E, acho que isto tinha de ser referido na Carta Educativa. Por outro lado, e já se falou aqui, dizendo que esta Carta Educativa não sofreu nenhuma alteração à anterior, que já tinha sido analisada em termos de executivo. A verdade é que sofreu! O caso do Pólo de Bemposta é completamente diferente. O Pólo de Bemposta não previa acolher alunos; era simplesmente com os alunos de Bemposta (é buscar a Carta Educativa anterior – é buscá-la!) E, de facto, não recebia – tanto mais, até era dito: os alunos das aldeias à volta de Bemposta, tanto podiam ir para Mogadouro como ficar lá, mas ficava à vontade dos alunos, principalmente dos encarregados de educação. E, tanto mais, por aí se vê que o Presidente da Junta de Tó já deu o mote daquilo que se vai passar ao dizer que, de facto, vai votar contra a Carta Educativa porque, os alunos da freguesia que ele representa, não pretendem ir para Bemposta – eles querem vir para Mogadouro (é um direito que lhe assiste e contra isso acho que não temos nada a opor). Por outro lado, na Carta Educativa, para defender esses Pólos, fala-se num termo, quer no Pólo de Bemposta, quer no Pólo de Castro Vicente, para justificar a criação desses Pólos, na irradiação (acho que é o termo que é empregue na Carta Educativa). E, fala-se concretamente, que é a irradiação de mais de quinze quilómetros (mais de trinta minutos) enquanto para o Pólo central, no Pólo de

Mogadouro, não é feita qualquer referência a essa irradiação. Por isso, gostaria também de ouvir o executivo municipal, porque é que, para o Pólo de Mogadouro não é feita qualquer referência a essa irradiação e, para o Pólo de Castro Vicente e para o Pólo de Bemposta é feita essa referência. Portanto, esclarecer também esta Assembleia porque qual é o motivo que é feita para um e não é feita para outros. Como falei na questão das refeições para as crianças, que não é acautelado pelo menos na Carta Educativa, nestes dois Pólos que eu referi, também, porque a Carta Educativa é um Inventário, também, daquilo que existe. Fazemos um inventário das escolas – das diversas escolas que existem – da Secundária como infra-estrutura, do Segundo Ciclo é feito todo esse inventário do estado em que se encontram – se estão em bom estado; se estão em mau estado – mas reparei na Carta Educativa que não foi feita qualquer referência à cantina. Será que essa também é para fechar, dado que não é feita, na Carta Educativa, nenhuma referência à cantina escolar existente, ligada à Escola Secundária? Também gostaria que dessem algum esclarecimento – o porquê de não estar inventariada a cantina escolar acoplada à Escola Secundária”. -----

► **ILÍDIO GRANJO**, na qualidade de Deputado Municipal, usou a seguir da palavra para dizer o que se segue: “Meus senhores, também tenho o direito de vir aqui! E, queria-vos falar, essencialmente, na condição de Deputado Municipal; queria-vos falar também do trânsito da minha vida como profissional da educação, ao serviço da educação e, fundamentalmente também, como Presidente do Agrupamento de Escolas do Primeiro e Segundo Ciclo de Mogadouro. E, quero-vos falar pelo simples facto de, pertencendo a estes Órgãos, ficar-me-ia muito mal - porque estive em várias reuniões para discutir este tema - e, agora, ficava-me ali muito enclausurado, ali na Mesa, a ouvir falar desta temática que me preocupa a mim, preocupa todos os mogadourenses. Sejamos práticos e objectivos. Eu, na qualidade de professor, preocupa-me os meus colegas; preocupa-me todos aqueles que, por força do reordenamento das escolas, vão ver a sua vida futura também com alguns problemas. Mas, acima dos colegas – que eu respeito – estão os alunos: os nossos alunos – os vossos filhos. Esses estão acima dos professores e estarão, para mim, acima de tudo. Os professores – como dizia aqui há algum tempo atrás um responsável da DREN – são o meio e nunca serão o fim. A Carta Educativa é um instrumento que objectiva o reordenamento da rede escolar para o concelho de Mogadouro. Estou de acordo com todos aqueles que vieram aqui dizer assim: «merecia ser mais debatida, merecia ser debatida num leque mais alargado de pessoas, que não só o Conselho Municipal de Educação» – estou perfeitamente de acordo, mas também ela foi elaborada há pouco tempo. Foi elaborada há pouco tempo – acabada de elaborar há pouco tempo a Segunda Fase, porque, como hão-de ver, esse documento que está nas vossas mãos, tem duas fases. Tem a Primeira Carta Educativa – que a vamos chamar, para nos

situarmos melhor – que é feita por Resolução do Conselho de Ministros, que obriga as Câmaras a elaborarem uma Carta Educativa tendo em vista estabelecer protocolos a nível de educação e depois, há a Segunda Carta Educativa que renasce pelo simples facto de a Primeira Carta Educativa não ser objecto de aprovação da DREN, sofrer vários tipos de reparos, envolver-se directamente com a política deste Governo e mandar para trás para ser rectificadora. Bom, isto é aquilo que sabemos até aqui. Agora, há uma coisa que eu não compreendo! Quem exige este modelo, o novo modelo de Carta Educativa, é o actual Governo que dirige os destinos da Nação Portuguesa. O actual Governo diz que não quer acoplar, em termos de estrutura física, o Segundo Ciclo ao Primeiro Ciclo – que era o que previa a nossa Primeira Carta Educativa. Assim sendo, a Câmara teve que alterar o seu projecto de construção de forma a que o Ministério da Educação comunicasse às escolas – ao meu Agrupamento – que nós, para o próximo ano, iríamos para a Escola Secundária e, os meninos do Primeiro Ciclo do Concelho de Mogadouro, excepto nos Pólos que foram criados, viriam para a Escola EB dois, ou seja, a minha actual escola. Esta é a situação real; esta é a situação que temos; aquela que vem à posteriori ainda não a sabemos porque interrogámos aqui o responsável do CAE e ele disse: «não sei o que é que se vai passar». Então, perante isto, todos nós sabemos que o reordenamento da rede escolar é da responsabilidade deste Governo que, eu, de certa forma, até apoio a inteligência, a vontade, a resistência de vencer obstáculos e de tomar isto a pulso. Portanto, o Governo (*o senhor, a mim, não me esteja aqui a pôr contemplanções de tempo porque eu estou a usar o primeiro tempo e, seja educado, porque eu também fui para consigo* – respondia assim para alguém de uma bancada). Então, é assim, meus amigos! Vocês não querem ouvir a verdade, mas têm que a ouvir! E vocês sabem perfeitamente que houve manifestações em, praticamente, em todo o interior do país. Quantas manifestações houve em Mogadouro? Quantos pais, quantos professores se levantaram e vieram aqui para a via pública a dizer assim: «nós somos contra o fecho da escola»? Porquê? Não fizeram isso, pois não? E não fizeram isso porque querem usar o trampolim da Câmara Municipal como responsável pelo fecho das escolas! Mas não! Eu, agora, estou aqui à vontade – porque estou a falar na qualidade de Deputado (esqueçam que eu estou ali na Mesa) – estou aqui exactamente como os senhores. Vocês têm que saber digerir esta grande questão da educação. Quem premeditou o fecho das escolas, com energia, foi a senhora Ministra da Educação – é público! Foi na televisão, nos jornais – inclusivamente (e ela já andava cansada, e veio a Bragança a dar o seu último testemunho), e já andava cansada, e teve de vir o senhor Primeiro Ministro a reforçar a ideia e dizer: «Não, não. É prioridade deste Governo fechar as escolas». Para quê? Toda a gente sabe para quê! Toda a gente sabe para que é que ela quer. Para mim (ela diz que não são atitudes economicistas – mas até são.)

Mas também são para dar sociabilização às crianças. Estas escolas com dois, três alunos, toda a gente reconhece – e vocês como responsáveis educativos sabem perfeitamente que é uma realidade (estudaram isto na pedagogia, não estamos aqui a inventar!) Não estamos aqui agora a transferir interesses só porque querem inculpar a Câmara desta decisão. A Câmara está atenta à resolução dos problemas do concelho de Mogadouro. Nós estamos todos preocupados mas, o certo, meus amigos, se queremos melhorar a qualidade de ensino, tem de ser assim. E a razão há-de vir dentro de pouco tempo. Agora, o que os senhores querem é: têm de um lado o vosso Governo que vos diz: «meus amigos, nós temos que fechar as escolas» (e vão fechar cinco mil escolas e, para o ano, vão fechar outras cinco mil!). Agora aqui, é muito mais apetitoso chegar e dizer assim: «não, a culpa de fecharem as escolas é da Câmara Municipal!». A Câmara Municipal até consegue ser parceiro do Ministério da Educação! Porquê? Porque quer colaborar e ajudar na resolução dos problemas dos alunos desta terra. E é só isto que eu quero dizer, meus amigos”.

----- Esta intervenção foi aclamada por parte da bancada do Partido Social Democrata. -----

----- De seguida, o Presidente da Mesa, já do seu lugar, disse: “Depois deste simples desabafo – no fundo, também, acho que me compete a mim, sempre que entenda, interferir nos debates, que estão a ser salutareis, e espero bem que continuem a ser, para bem do concelho; é para isso que estamos aqui; é para isso que nos pagam a senha de presença. Por isso, dava a palavra à Câmara, se quiser intervir relativamente a essas questões”.

----- De seguida, usou da palavra a Câmara Municipal para fazer uso do seu direito de resposta. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “Vou começar...”. Teve de interromper a sua intervenção por se ter, entretanto, estabelecido diálogo entre o Presidente da Mesa e um Deputado Municipal, quando ele já tinha começado a falar. Visto isso, disse: “Senhor Presidente, só lamento é que, no meu uso da palavra, possam utilizar algum ponto de ordem – não sei onde é que isso pode estar escrito em qualquer parte do Regimento. Acho que, inclusivamente, quem o faz, devia ter essa noção das coisas. No uso da minha palavra, e se não diz respeito àquilo que eu vou dizer, acho que é fora de tempo qualquer ... **(foi interrompido por um Deputado da bancada, pelo que não acabou o seu raciocínio; depois, continuou)** no uso da minha palavra, enquanto estou no uso da palavra. **(Da bancada continuavam as interferências, até que o Presidente da Mesa disse: Senhor Deputado, pelo respeito que me merece, eu fiz uma intervenção, que o Regimento me permite, sempre que queira apresentar uma intervenção abandono a Mesa e peço à Primeira Secretária que me substitua; finda esta minha intervenção, reocupo novamente o meu lugar, porque não estão em causa discussões que digam direito de resposta à minha pessoa, ou que defendam os meus próprios interesses. Por-**

tanto, eu estou aqui na qualidade de Presidente da Mesa e é na qualidade de Presidente da Mesa que vou continuar a interferir nos trabalhos. É só.) Depois disto, prosseguiu a Câmara Municipal com a sua intervenção. -----
----- Continuando, disse: “Vamos lá ver se a gente consegue esclarecer aqui algumas das coisas que foram levantadas. Em primeiro lugar, desejava que o Deputado Municipal Luís Tibério não faltasse a muitas sessões da Assembleia porque, cada vez que falta, se vem tratar na sessão seguinte dos assuntos que foram tratados na anterior, em cada assunto temos dois em um, ou um em dois; quer dizer, o assunto é naquela sessão e depois vem aqui dizer: «e daquilo que foi dito na sessão passada, que li na acta, tal, tal, tal...»; agora vem dizer: «a Moção da Educação da sessão passada...» – se tivesse cá estado, essas questões não se colocavam (e fecharam – ficaram ali fechadas naquele momento, aquelas coisas). Agradecia, se não faltasse tanto, isto andava um bocadinho mais depressa. -----
----- Em relação, se a Carta Educativa do Concelho deve ser discutida por mais gente ou menos gente, se o Conselho Municipal de Educação é daquelas pessoas ou são outras pessoas, é o que diz a lei, senhor Deputado – é o que diz a lei! Se devia ter sido aqui mais discutido ou não – o que diz a lei é que aqui vem para ser aprovada ou não aprovada! Agora, se quer ter acção nessa discussão, então enganou-se no Órgão porque concorreu – devia ter concorrido à Câmara, porque era na Câmara onde essas coisas se discutem! É o que diz a lei! Agora, se calhar, foi um erro de *casting* – foi para um sítio e queria ter ido para outro mas, aí, nós não podemos fazer nada, foi uma questão de escolha sua, ou de escolha do Partido – não podemos fazer nada; agora, aqui, o que diz a lei, é que vem aqui para discussão e aprovação e é o que está aqui a ser feito – legalmente, é isso! Legalmente é assim que tem que ser feito! Em relação à Carta Educativa, quero dar os parabéns por quem a fez, ainda no anterior mandato – o engenheiro Fernando Monteiro – que teve um excelente trabalho em executá-la – e um geógrafo (que eu não conheci) de nome Manuel Corte Real, que foram os grandes responsáveis, e os grandes obreiros por esta Carta Educativa, e que aqui lhes deixo uma palavra de agradecimento. Esta revisão – também lhes quero deixar uma palavra de agradecimento, muito grande – a quem teve a responsabilidade de a fazer: à Doutora Ana Felgueiras, ao Doutor João Nuno Teixeira, ao Engenheiro José Joaquim Pinto e ao Doutor Luís Filipe Parreira, que muito trabalharam, em muito pouco tempo, para conseguir esta versão daquilo que aqui está. A esta gente que fez isto, eu quero-lhe deixar aqui o meu público agradecimento por este trabalho. É um trabalho notável, que conseguiu ser feito neste tempo. Em relação à grande questão que está levantada sobre a escola de acolhimento de Bemposta, bem, então isto, ainda estava mais perto do que um *clac* – era só chegar aqui e pedir a versão anterior. Não há modificação rigorosamente nenhuma entre esta versão e todas as outras anteriores em relação à escola de acolhimento de Bemposta

e quem vos informou, ou desinformou-vos, e os senhores não se deram ao cuidado, nem de a procurar, para poder comparar se era verdade ou se era mentira. Eu volto a repetir: no que diz respeito à escola de acolhimento de Bemposta, não houve, rigorosamente nenhuma alteração das versões anteriores para esta versão da Carta Educativa. Bem, os senhores até sabem que o senhor Presidente da Junta de Bemposta (ou o Secretário – já não me lembro quem foi) que mandou uma carta para o senhor Governador Civil, Para o CAE e para a DREN a dizer: «queremos os garotos daqui, de volta para aqui, porque até está em consoante com a Carta Educativa» – os senhores sabem, tiveram conhecimento disso naquela altura – ou agora já não conhecem? Só conhecem quando vos dá jeito determinado número das questões que escrevem? **(de novo houve tentativa de diálogo entre a bancada e o orador, tendo este sido advertido pelo Presidente da Mesa)** Meus amigos, em relação ao que diz respeito às escolas de acolhimento de Castro Vicente e de Bemposta, não há, rigorosamente nenhuma alteração em relação à carta Educativa anterior, ou em relação a tudo aquilo que tinha sido passado nas Cartas anteriores. -----

----- Por fim, se o Senhor Presidente hoje, da parte da tarde, aqui não está é porque actividade profissional o não permite deixar estar. Mas, nós continuamos a ter aqui uma grande diferença entre estas Câmaras que aqui temos, e outras Câmaras que os senhores estão mais habituados. É que, esta Câmara, não é uma empresa unipessoal – não é de uma única pessoa! São várias pessoas que têm as suas responsabilidades e cada uma delas as vai assumindo a seu tempo! E é assim que esta Câmara funciona! E bem! Os senhores estão habituados a que só uma pessoa é que falava, pronto, mas isso – a gente não tem culpa disso. Agora, nós funcionamos desta forma. Estamos aqui, a Câmara está representada. Está representada – eu só não digo bem representada por falsa modéstia, mas está representada. E, em relação ao resto, não se preocupem – em relação ao mandato – que o nosso Presidente está com uma saúde e uma vontade férrea e que o vai terminar, e o vai terminar com muita qualidade, por certo, e com muita força. Acho que vos respondi a tudo. Falta só as cantinas. Por acaso, também reparei que não dizia como é que o transporte era feito: se era em carreiras de cinquenta lugares, de trinta e cinco ou de vinte. Também não reparei numa quantidade de coisas. É óbvio que os garotos têm de comer! É óbvio que, se a DREN não fizer a cantina na escola de acolhimento, vai ter que arranjar uma alternativa para dar a comida aos garotos, como hoje já está a fazer, através de instituições de Segurança Social, que é o que já está hoje a fazer. Agora, a omissão, não é dizer que os garotos não comem; a omissão é dizer que, duma forma ou doutra, o assunto há-de ser resolvido, assim a DREN o queira. O Ministério da Educação se disser que quer fazer a cantina, como é da sua responsabilidade, fá-la-á, obviamente por isso. -----

----- Já agora, foi-me perguntado se não era mais uma «balela» o projecto,

ou o anteprojecto do Centro Escolar. O Centro Escolar – está aqui o anteprojecto (que irá ser discutido na próxima sessão de Câmara) – fica em dois milhões e seiscentos mil euros e já aqui está. Portanto, se vos serve de algum consolo, também está dado – ou desconsolo. Eu acho, que aos senhores, como estão, vos serve mais de desconsolo, mas tenho pena”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse de seguida que tinha sido acusado de ser condescendente, mas o facto é que o Regulamento estipula que, sobre cada ponto, na Ordem do Dia, podem fazer duas intervenções sobre o mesmo assunto, não quer inibir ninguém de o poder usar; simplesmente, gostaria que cumprissem os prazos – os tempos, pelo menos. De seguida, voltou a abrir novo período de inscrições, dando de seguida a palavra pela ordem que se segue: -----

► **MANUEL LUÍS TIBÉRIO**, já no uso da palavra, disse: “Faltei à sessão ordinária com a devida justificação, é evidente; apresentei a justificação e faltei, como todos nós temos o direito a faltar desde que tenhamos deveres profissionais a cumprir. Eu não sei como é que funciona isto, essas coisas do Regimento. Estou a começar, não é? – sou um aprendiz ainda e muito tenho a aprender nestas coisas. Mas, já disse isso uma vez, e repito: eu, por vezes, continuo sem perceber, se o senhor Vereador João Henriques, quando vem aqui, nalgumas situações, se fala como membro do executivo ou se fala como membro da sua bancada parlamentar. Eu tenho a impressão que há situações em que ele não pode contestar ou não pode colocar em causa – o andamento dos trabalhos da Assembleia e foi isso que acabou de fazer! Sobre a responsabilidade – e reportando-me agora à intervenção do Deputado Ilídio Granjo Vaz, sobre a responsabilidade da reorganização da rede escolar. Sem estar a assacar as culpas a quem quer que seja – porque eu concordo com a reorganização da rede escolar, é evidente – eu disse aqui que as escolas se fecham a elas próprias – ninguém as fecha (infelizmente, fecham-se a elas próprias). Mas, é só ler a Carta Educativa, que a legislação, o Decreto-Lei número sete dois mil e três é de dois mil e três e, em dois mil e três, o Governo era Governo PSD-CDS/PP”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** já no uso da palavra, disse: “Em primeiro lugar, queria chamar a atenção para o senhor Presidente da Mesa que, por favor, não deixe transformar esta Assembleia em nenhuma bancada futebolística – parece que hoje pouco falta para se transformar. Há bocadinho, esqueci-me de referir que, aqui na página setenta e oito diz assim: «A qualidade das escolas e das práticas educativas será cada vez mais um motivo para a fixação de jovens casais...». Eu pergunto: a fixação de jovens casais aonde? Aqui, na sede! Porque, já foi dito aqui que o nosso concelho era um concelho macrocéfalo. Portanto, este município quer torná-lo ainda muito mais macrocéfalo e fez tudo para isso. Quanto ao encerramento das escolas – o Tibério já respondeu mais ou menos o que eu queria dizer – já vinha do Governo anterior (não foi só este Governo) e o Município, sobretudo, não

soube gerir as negociações com o Ministério. Eu já disse aqui, na assembleia anterior, que nunca passou pela cabeça ao Ministério encerrar tantas escolas e, no concelho de Mogadouro, foi onde ultrapassou mais a expectativa. Tenho ali uma colega que, conversando com um autarca do distrito, perguntou: «como é que vocês conseguiram ficar com tantas escolas abertas e nós, só com, praticamente, com um Pólo?» e ele respondeu-lhe: «porque não souberam negociar» – e esta é a resposta certa. Agora, os senhores Presidentes de Junta que estão para aí a bater palmas, e às gargalhadas, eu perguntava-lhe – e já desafiei aqui na última assembleia, que alguém viesse aqui dizer – quem tinha sido consultado, para dar a sua opinião. Ninguém foi capaz de vir aqui falar. A quem eu penso que não é capaz de vir aqui falar, também não deve ter grande moral para estar daí a fazer coq. Eu informo-os que em Mirandela é o concelho onde a rede escolar está mais bem organizada. E foi, essencialmente, o trabalho dos Presidentes de Junta que contribuiu para isso – nenhuma criança anda mais que quinze quilómetros de distância (entre dez/quinze quilómetros). Perguntava aqui, outra vez, qual foi o trabalho dos Presidentes de Junta, neste sentido. Temos aqui Presidentes de Junta que são maridos de professoras (que eu sei que estiveram contra e falaram contra) e hoje não têm sequer (**mudança de fita – perda de alguma informação**) da Junta de Freguesia de Bemposta, desculpem, dirigido ao CAE e à DREN e, esse ofício, foi reenviado à Câmara Municipal, com um Parecer positivo, em que a DREN e o CAE concordavam que Bemposta fosse uma escola de acolhimento. Portanto, é sinal evidente que até ali não seria. Agora, eu não sei, não conheço a versão anterior da Carta Educativa; não me posso pronunciar; nunca a vi; nunca a conheci”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou a seguir da palavra, e disse: “Em primeiro, responder à questão, ou ao ataque lançado pelo senhor Vereador João Henriques, sobre o funcionamento do executivo – que este executivo todos falam – que eu saiba (que eu pertenci ao anterior executivo liderado pelo Doutor Francisco) eu sempre falei nesta Assembleia, e era Vereador! Eu acho que não passou nenhuma Assembleia em que não tivesse intervenção aqui neste público! Sempre intervim! Mas, o Presidente, conforme diz a lei, a Câmara é representada nas Assembleias pelo Presidente, só em motivos de força maior, ou impedimento de força maior, é que, de facto, será substituído. Não foi o caso concreto, porque são três assembleias. São três assembleias! É que, se fosse uma ... com certeza! Agora, são todas! Desde o princípio do mandato se tem feito substituir! Algo estará mal!... Bom, mas isso não é da minha conta, com certeza, isso será da vossa conta. -----
----- Vamos então à questão da Carta Educativa, à questão do Pólo, dos Pólos. O Vereador João Henriques, de facto, diz que estava num *clic* mas não mostrou esse *clic*! E mostre, de facto, mostre a esta Assembleia. O Pólo de Bemposta esteve sempre criado, estava nessa versão, mas estava o Pólo de Bemposta; não tinha agregado nenhuma aldeias (eu tenho lá a car-

ta, a cópia, que me foi fornecida na altura) e não dizia que, por exemplo, Tó, Vilarinho ou Peredo que se deslocavam para Bemposta. Estava, de facto, um Pólo em Bemposta mas, a localidade de Bemposta, precisamente sem falar, sem se referir que as outras aldeias iriam para lá com os alunos. Mais até, e nessa altura, o Vereador Fernando Monteiro disse: «as outras aldeias se quiserem, se os pais quiserem colocá-los em Bemposta muito bem, mas se quiserem ir para Mogadouro também estão no seu direito. E, portanto, não me mostrou esse *clíc* com a Carta, a dizer que está na Carta. Traga-me a Carta na altura que foi submetida à apreciação do executivo anterior e, de facto, Bemposta está como um Pólo, mas só a localidade de Bemposta”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, voltou a usar da palavra, dizendo o seguinte: “Ó Senhor Deputado Aníbal Moreno, não estamos em termos de «chicana» política, nem eu estou aqui a fazer política. Estou a dizer: dou palavra de honra que o Pólo, a escola de acolhimento de Bemposta tem, rigorosamente, todas as letras na Carta Educativa que tinha na versão anterior. Rigorosamente todas as letras!” ----- Perguntou de seguida se estaria ali alguém que fizesse parte do Conselho Municipal de Educação. Respondeu afirmativamente o Presidente da Assembleia Municipal, mas não se podia pronunciar. -----

----- Avançando, prometeu que a faria chegar às mãos do Deputado Aníbal Moreno, tendo a certeza – afirmou – que na próxima assembleia também ali viria com um pedido de desculpa a dizer que não tinha razão – nem ele nem as pessoas que o disseram – que não tinham razão naquilo que estavam a dizer. Porque – continuou – as pessoas nobres, como tu és, têm essa capacidade de chegar aqui e dizer: «peço-vos desculpa de não estar informado e de não me ter informado antes de ter proferido aquilo que proferi»; tenho a certeza de que o vais fazer. -----

----- Por fim – disse – só para dizer, e para terminar, porque não vale a pena estar mais com este tipo de discussão, não são os maridos das professoras que têm de estar a favor ou contra! São os pais dos alunos! Essa é que é a grande diferença! É que, um projecto educativo, não é feito nem para professores, nem para maridos de professores, nem para mulheres de professores – é feito para as crianças! E são os pais das crianças que têm que estar de acordo, não são os maridos das professoras – disse. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** de novo no uso da palavra, disse que, após esta demorada análise, ir-se-ia de seguida proceder à votação do documento em questão. -----

----- Feita a contagem de votos foi este documento aprovado por maioria com uma abstenção e um voto contra do Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, Cândido Francisco Fernandes, que fará uma declaração de voto. -----

----- De seguida, usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de

Ventuzelo para proferir a sua declaração de voto: -----

▶ **CÂNDIDO FERNANDES**, já no uso da palavra, disse: “Mais uma vez eu venho aqui. Eu votei contra, não tenho quaisquer problemas em votar contra, e pela razão da qual eu me vou pronunciar. Ventuzelo não tem por que ir para Bemposta com os alunos, porque fica mais viável a Vila, o concelho, a sede do concelho, que é Mogadouro. É andar ao atrás ir de Ventuzelo para Bemposta. Eu até sou amigo do Presidente da Junta de Bemposta mas isto não está em causa; o que está em causa é, se os alunos vêm para Mogadouro e os pais têm uma vida em Mogadouro a fazer, resolvem os problemas e estão em contacto com os filhos. Enquanto que, se forem para Bemposta, os filhos ficam fora do alcance dos pais e é mais viável virem para a escola de Mogadouro – é este o meu voto”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou de seguida o outro ponto da Ordem do Dia: -----

----- 2.6 *Análise e deliberação sobre* “TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO AERONÁUTICO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO;

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu de seguida a palavra à Câmara para apresentação deste ponto. -----

▶ **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, disse: “Aquilo que vos é proposto aqui é a aprovação dessas quatro taxas que tem como objectivo pôr-vos em funcionamento o Aeródromo Municipal. Porquê virem sob esta forma, a título provisório: porque, efectivamente, a Câmara Municipal está a rever todos os Regulamentos, levando as respectivas taxas todas para um Regulamento, que irá aparecer e que aqui vos será presente. De maneira que, para podermos andar com este processo, optámos por aprovar estas Taxas de Utilização em reunião de Câmara e, naturalmente, tratando-se de Taxas elas têm de ser aprovadas também pela Assembleia Municipal. Temos assim o avião de reboque, com o preço de um euro e setenta e cinco por minuto; o avião de viagem (para quem quiser vir, digamos, a fazer um voo na região, um e cinquenta o minuto; planador em baptismo, vinte e dois euros e cinquenta (porque inclui, justamente, o preço do reboque), e planador em formação, zero cinquenta o minuto. Falta aqui o moto planador - porque ele já chegou à Câmara. Portanto, a sua aquisição já foi posterior à aprovação destas taxas em reunião de Câmara. Mas, também não há problema de maior, na medida em que está aqui o preço do planador em baptismo e ele, apesar de ser moto planador, não deixa de ser também um planador. Será depois devidamente taxado no Regulamento de Taxas Municipais que estamos a ultimar”. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra no ponto em discussão. -----

▶ **MANUEL LUÍS TIBÉRIO** prometeu ser muito breve, e disse: “Eu não percebo nada de aviões - não percebo nada de muitas coisas mas, de aviões, então, é que, mesmo nada. Então, a questão que eu queria colocar é apenas

esta: para mim, um setenta e cinco euros, um euro e meio, vinte e dois e meio ou zero cinquenta euros não me diz nada – são valores que para mim não me dizem absolutamente nada. O que eu pergunto é o seguinte: essas taxas são simbólicas? São meramente simbólicas ou visam cobrir que tipo de custos? Qual o critério que está por detrás, ou que está subjacente à fixação deste montante. Visam cobrir os custos de conservação, de manutenção, ou visam cobrir os custos do imobilizado, da construção? A pergunta é essa: qual é o critério que esteve por trás da fixação deste montante. Que tipo de custos é que visam cobrir, ou se são meramente simbólicos”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel respondeu da seguinte forma a este Deputado Municipal: “Tem razão de ser o pedido de explicação. De qualquer maneira, quero-lhe dizer que estes preços são os preços que são praticados noutros aeródromos do país, nomeadamente em Évora, preços que foram observados pelo TAITA, que está avençado na Câmara Municipal e que é, neste momento o director do aeródromo, e que, portanto, visam cobrir os custos estimados, quer dos combustíveis, quer da manutenção das próprias aeronaves. Portanto, são preços que estão em uso noutros aeródromos do país e também, inclusivamente, em Espanha, nomeadamente num campo que há junto a Madrid. Portanto, são preços que se pretendem que cubram as despesas de funcionamento do Aeródromo Municipal. Em relação ao comentário que fez, à questão do Aeródromo que ficou de borla, ficou a preços naturalmente mais benéficos para o concelho do que, se calhar, alguns dos outros que temos no nosso distrito e, como vocês sabem, o nosso pelo menos já obrigou a que outros andassem também com pavimentações de pistas porque, senão, tornam-se obsoletos – nomeadamente Mirandela. É o senhor Osório (respondia neste momento a qualquer interpelação que lhe haviam feito de uma bancada) que é um piloto que está avençado pela Câmara Municipal (já agora digo-lhe o montante que aufere – oitocentos euros) e, portanto, que a partir de Maio irá começar a, digamos, a planear os cursos de formação de voo planado e a assistir – e tem vindo a desenvolver um trabalho de licenciamento e de ligação com o INAC. Portanto, é uma estrutura que o INAC obriga e que, creio que é bastante leve para a nossa situação aqui”. -----

► **ANÍBAL MORENO**, também pretendeu usar da palavra, e disse: “Só uma pergunta, um esclarecimento. Eu, sobre estas Taxas, de facto, não tenho conhecimentos para dizer se estão altas, se estão baixas, portanto dou-as como boas. De qualquer forma, queria também colocar – é no fundo uma pergunta: existe o hangar; sei que podem estacionar ou serem guardados lá aeronaves e pergunto porque é que não foi criado, então, também uma taxa para a guarda de aeronaves utilizando portanto o hangar, propriedade do município. No fundo, é um estacionamento, como alguém disse; portanto, se é estacionamento, é pago ou não é pago. Aqui não consta mas, com certeza a Câmara terá alguma explicação para esse facto”. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador António Pimentel, voltou de novo à tribuna para responder às questões colocadas. Disse: “Senhor Deputado Moreno, como eu comecei por dizer, isto tratou-se de estabelecer as taxas para podermos pôr as nossas aeronaves em funcionamento, para termos um preço para os utilizadores poderem utilizá-las. A questão das aeronaves estacionadas: está uma aeronave (que nem funciona) que é duma pessoa de Mogadouro mas, naturalmente, quando o Regulamento de funcionamento do aeródromo for aprovado – como vai ser a seguir – com as respectivas taxas serão incluídas taxas de estacionamento – não podia ser doutra maneira”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** após concluída a análise deste documento pôs o mesmo à votação, tendo este sido aprovado por maioria com oito abstenções e nenhum voto contra. -----

----- Depois de anunciados os resultados, passou-se ao ponto seguinte da Ordem do Dia: -----

----- **2.7 *Apreciação do “INVENTÁRIO MUNICIPAL”;*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** comunicou que o executivo tinha deliberado por unanimidade aprová-lo e, se alguém o pretendesse consultar este se encontrava à disposição nos serviços administrativos da Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. -----

----- Perguntou se, sobre este assunto alguém pretendia usar da palavra, não obtendo confirmação da parte de nenhum Deputado Municipal, pelo que passou a apresentar o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: -----

----- **2.8 *Outros Assuntos.*** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou de seguida abertas as inscrições para uso da palavra neste ponto. -----

► **JOSÉ LUÍS CORDEIRO** já no uso da palavra, disse: “Antes de mais, bem hajam a todos que votaram a favor da Carta Educativa. Digo-vos isto do coração”. -----

----- Dirigindo-se essencialmente ao senhor Presidente da Junta de Ventuzelo, disse: “Eu, há dias, votei favoravelmente a suposta ponte para Ventuzelo, e tive ocasião de dizer (ali aos meus colegas que estavam presentes), quando a ponte existir – oxalá eu me engane – já eu vou ser bispo. Mas nunca vim a esta tribuna, nunca fiz política para vexar ninguém nem atacar ninguém e é uma pena que tenha usado da palavra – que é amigo do Presidente da Junta de Bemposta. Se quiser verificar a acta da reunião anterior, quando foi discutido os Pólos de Bemposta, ele teve a má habilidade de se abster - possivelmente sente-se a mais na política. É verdade! Vão ver as abstenções. Eu tive ocasião de dizer a alguém que estava ao pé de mim: «olha, o nosso Presidente, e o meu Presidente, está a votar a abster-se». Possivelmente estava distraído, como muita gente aqui também anda distraída. E é uma pena, quando queremos ser «Anjos da Guarda» por conveniência. Eu estive aqui de «pedra e cal» a defender todos os projectos para

Bemposta e para o concelho. Na altura, por imposição do cargo que ocupava, como Presidente da Junta, não levavam a mal, teria obrigatoriamente que defender Bemposta; hoje estou noutra área; hoje estou como Deputado Municipal. Naturalmente, peço desculpa se porventura for tendencioso por puxar mais para a minha terra (isto agora só foi para o senhor Presidente da Junta de Ventuzelo). As paixões ficam lá fora. E eu congratulo-o de tomar a excelente processo da ponte, que hei-de ir, com muito gosto, à inauguração. Pois eu, votei de braço no ar – levantei-me. -----

----- Portanto, a todos, bem hajam aqueles que votaram a favor do Pólo de Bemposta. Muito obrigado”. -----

► **ANÍBAL MORENO** também no uso da palavra, disse: “Aproveito também já a questão levantada pelo Deputado José Luís Cordeiro, dizendo aqui que o Presidente da Junta de Bemposta se absteve sobre o Pólo de Bemposta. Como é que se absteve se só hoje foi votado? Agora, a Moção não falava em Pólos. Portanto, isso foi uma afirmação puramente falsa, porque, pela primeira vez foi votado hoje e não foi votado anteriormente a Carta Educativa. -----

----- Só pedi a palavra porque estive à espera, até ao fim da reunião, que me dessem essa informação, porque me disseram, depois da intervenção da parte da manhã que, no decorrer desta reunião, me iriam provar que, de facto, as Juntas do PS não tinham sido penalizadas como eu aqui afirmei. Estamos aqui no fim da reunião, não me foi dada essa informação e, por isso, queria registar isso na acta”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, usou a seguir da palavra, e disse: “Venho apenas prestar um pequeno esclarecimento: quando foi, na manhã, no terceiro ponto, sobre *Assuntos de Interesse Relevante para o Município*, o senhor Presidente – que já não está aqui, mas está a Câmara – a responder a uma questão apresentada pelo engenheiro Luís Tibério, disse que a Cooperativa, aliás, o Lagar da Cooperativa de Mogadouro e o Lagar de Bemposta que, também, ainda não tinham iniciado o processo de embalamento do azeite – isto na legalização das ... – e eu venho aqui dizer que, no que toca à Cooperativa, a Cooperativa tem registada uma marca, de embalador, que é o Azeite Sabodouro; está a embalar – embalagens de cinco litros; está devidamente legalizada – tem o rótulo feito – e é uma questão, agora, de desenvolver, digamos, a venda do produto. A esse nível, a Cooperativa tem esse assunto resolvido. -----

----- Depois, senhor Presidente da Assembleia, permita-me apenas que eu lhe faça aqui um pequeno reparo (não a si, ou talvez a si, não sei): há bocadinho, com a intervenção do professor Ilídio Granjo Vaz – ainda me recorde muito bem do nome (nomes antigos, como nós) – quando foi da intervenção do professor Ilídio Granjo Vaz, na qualidade de Deputado Municipal, recebeu uma salva de palmas (*não a pedi – respondeu-lhe o Presidente*

da Assembleia). Sim, mas também a não refutou de seguida, quando retomou o lugar de Presidente da Assembleia. Portanto, eu gostava de perguntar se esta moda das palmas é para continuar ou é para ficar por aqui porque, de facto, estou aqui há cerca de cinco anos e é a primeira vez que isto acontece”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio a seguir para responder a este Deputado, e disse: “Eu, permita-me que lhe responda: em relação à minha pessoa, eu fiz a minha intervenção na qualidade de responsável pelo conjunto de pessoas que me elegeu; portanto, na qualidade de membro da Assembleia, de Deputado da Assembleia – é meu dever e obrigação intervir nas questões públicas do concelho. Sobre as palmas, bom, não está no Regimento, de qualquer das formas, aqui já as houve e também nós não as podemos impedir – é um impulso natural das pessoas. Eu não as pedi; não intervi para pedir palmas: intervi porque devia intervir nessa missão. A quem bateu as palmas não agradeço nem deixo de agradecer – o problema é deles e não tenho mais nada a dizer-lhe”. -----

----- De seguida, deu a palavra ao Deputado que se segue: -----

► **CÂNDIDO FERNANDES**, Presidente da Junta de Freguesia de Ventuzelo, já no uso da palavra disse: “Mais uma vez eu aqui estou e, há um ditado que diz «a quem aos seus se aparece, castigo não merece» e eu, sendo Presidente da Junta da Freguesia de Ventuzelo, conheço o povo de Ventuzelo e, como tal, também conheço os pais dos alunos que lá andam, e tenho conhecimento da parte deles que eles não querem mandar os filhos para Bemposta. Portanto, seria, da minha parte, não defender essa questão – seria muito incoerente da minha parte. Portanto, eu estou com eles e eles estão comigo. E eu penso, que é de toda a parte positiva, que tenho eu que lhe dar a eles, estar com eles. É essa a razão que eu votei contra. Fica esclarecido. -----

----- Agora, queria levantar outro problema aqui: penso que não é só que eu tenha conhecimento disso, mas a juventude que exista aqui, a nível de Mogadouro, e queira fazer desportos, na parte da noite, há aí alguns salões disponíveis, ou um salão, mas, para o fazer, têm que pagar uma taxa. Eu já desembolsei algum dinheiro (penso que o meu filho não me estará a mentir – eu estou a falar do meu filho) e, para fazer desportos, têm que pagar. Ora, eu penso que um município como o nosso, com umas instalações viradas para o desporto, acho que deveriam dar oportunidades à juventude para fazer todo o desporto que fosse necessário, e quisessem, e não pagar nada. Penso que isso é que seria justo. Não é ter que os pais andar a desembolsar, por uma hora ou duas horas, terem que ir a fazer lá, terem que pagar um euro, ou um euro e meio. Eu penso que a Câmara não irá beneficiar qualquer tipo de grandes dinheiros com essa ajuda. Penso que há que dar oportunidades aos jovens porque é um chamariz, é uma força para praticar desporto. Penso que há que ver essa questão. Muito obrigado”. -----

► **FRANCISCO LOPES**, Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, usou a seguir da palavra e disse: “O Senhor Presidente da Junta de Ventuzelo levantou aqui um problema. A infra-estrutura existente não é do concelho, não é da Câmara Municipal – é a Junta de Freguesia que despendeu, e está ainda a despende, dinheiros para ter em condições um polidesportivo como temos. Quem visitou, já viu, pode avaliar o dinheiro que ali se gastou e, posso-lhe dizer mais: que a maior parte do dinheiro ali investido ainda está por pagar. Agora, se as escolas, se o director da escola, pedir (como já tem pedido, e está a ser utilizado pelos alunos da escola para a prática desportiva) não pagam absolutamente nada. Agora, se meia dúzia de rapazes – que eu estimo – se lembram de ir para lá praticar desporto, ah, pois têm de pagar, porque há electricidade; há o gás; há a água; há a limpeza, etc. etc! Agora, não é à Junta de Freguesia que lhe compete ter infra-estruturas para praticar desporto (a nível do concelho, porque vêm das aldeias aqui a praticar desporto)! O que nós fazemos é dar-lhe as melhores condições – e não são dez euros que eles pagam por hora – que não é muito para nós, mas também para eles não é nada porque, eles vêm a maior parte das vezes, vêm dali dum bar onde gastaram, por exemplo, dez ou quinze euros cada um e, portanto, acho que não é estar-lhe a entrar no bolso se eles pagarem esses dez euros porque, nós, para os atender, muitas vezes o funcionário está até às seis, seis e meia à espera que eles saiam e isso também lhe é pago. Portanto, é só para lhe dar essa explicação. Aquilo está às ordens do desporto se por acaso (**acabou a fita; não há mais registos sobre esta intervenção**)”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que, antes de dar a palavra ao senhor representante da Câmara, disse que também poderia informar que o pavilhão da escola está sob a alçada da escola e não sob a alçada da Câmara; a escola tem parcerias com a Câmara; há uma troca de serviços e a legislação antiga, desde que sejam participantes federados também não pagavam nada, disse. E continuou: “Agora, se forem casos isolados, têm as suas taxas, impostas pelo Ministério da Educação”. -----

----- De seguida, deu a palavra à Câmara Municipal para que exercesse o seu direito de resposta. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL**, representada pelo Vereador João Henriques, disse: “A parte que era para responder já o senhor Presidente da Junta de Mogadouro respondeu, em relação ao pagamento das participações para poderem utilizar. É um assunto da Junta de Freguesia na qual a Câmara não se mete, nem tem que meter. -----

----- Queria aproveitar esta oportunidade para desejar a todos os senhores e às respectivas famílias uma Boa Páscoa, cheia de coisas boas, cheia de sucessos pessoais e cheia de saúde. É isso que quero dizer. Por fim, agradecer-vos terem aprovado as Taxas de Utilização do Avião, e tal, porque, como *paraquedista* já me pode dar algum jeito poder voar, e de forma

legal. Boa Páscoa, meus senhores; até breve”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu ao senhor vice-presidente o seu bom espírito de humor. -----

-----**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, por não haver público presente na sala, deu a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

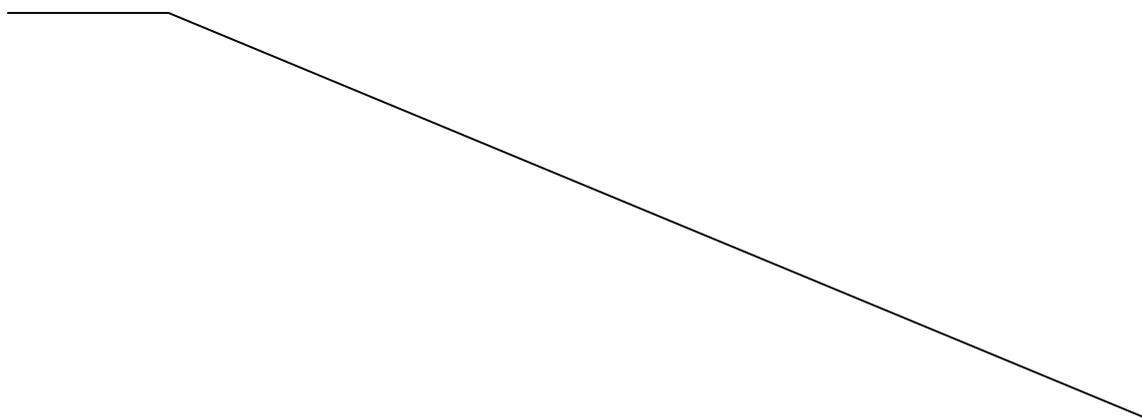
----- Depois de lida a Acta, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente. -----

----- Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Elisa Pereira Contente Castro Felgueiras, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

O Presidente da Assembleia Municipal

(1) _____



(1) Esta Acta é constituída por 31.957 palavras, distribuídas por 65 páginas e 2.789 linhas

